



ATA N.º 25/XII-2º/2018-19

1 - Aos 22 dias do mês de fevereiro de dois mil e dezanove, pelas 21H15, na Sociedade Recreativa Musical Trafariense, sita na avenida da Liberdade, nº 20, na Trafaria, realizou-se a Sessão Ordinária de fevereiro da Assembleia Municipal, com a seguinte agenda:

1 - Período de Intervenção dos Cidadãos

(Continuação da agenda)

3 - Período da Ordem do Dia

3.1 – Revisão do Regimento da Assembleia Municipal;

3.2 – Alteração à Composição das Comissões Permanentes;

3.3 - Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal;

3.4 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Designação dos Membros do Júri do Procedimento Concursal para provimento de cargo de direção intermédia de 2º grau. Chefe de Divisão de Assessoria, Comunicação e Imagem (DAC) dos SMAS”;

3.5 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Aumento de Capital Social, Alteração de Estatutos e de denominação social da Empresa Municipal”;

3.6 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Protocolo para instalação dos serviços dos Juízos de Execução Local Cível e de Trabalho de Almada”;

3.7 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Minuta de Acordo de Mutação Dominial entre a Câmara e as Infraestruturas de Portugal”;

3.8 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Alteração por adaptação e de correção material do Plano de Pormenor do Novo Centro Terciário da Charneca de Caparica”;

3.9 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Alteração por adaptação e correção material do Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana e Funcional de Cacilhas”;

3.10 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Designação do Júri para procedimento Concursal tendente ao recrutamento de Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças (cargo de Direção Intermédia de 1º grau)”.

2 – Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente José Joaquim Leitão e pelo 1º Secretário Paulo Viegas e pela 2ª Secretária Ana Paula Silva.

3 - Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

### **3.1 – Responderam à chamada os/as seguintes Senhores/as Deputados/as Municipais:**

José Joaquim Machado Courinha Leitão; Ana Margarida Machado da Silva Lourenço; João Ricardo Lourenço Quintino; Paulo Filipe Pereira Viegas; Vítor Manuel dos Santos Castanheira; Henrique Alexandre Margarido de Almeida; Ana Paula Alves da Silva; Débora Figueiredo Carvalho Rodrigues; Carlos Manuel Coelho Revés; Eva Sofia Borges de Araújo Gomes; João Eduardo Alves de Moura Geraldês; Sónia Tchissole Pires da Silva; Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho; Daniel Pedro Sobral; Maria Luís Casanova Morgado Dias de Albuquerque; António Francisco Salgueiro; Sílvia Maria Mendes de Sousa; Augusto António Brinquete Proença; Marina Alexandra Pereira Lopes; José António Espírito Santo Rocha; Artur Jorge de Jesus Alfama; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Carlos Fernando Gonçalves Guedes; Teresa Paula de Sousa Coelho; Pedro Miguel de Amorim Matias; José Ricardo Dias Martins e Luís Filipe Almeida Palma.

4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 40º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:

**4.1 –** Do Senhor Presidente procedendo ao anúncio das comunicações dos/as Senhores/as Deputados/as Ivan Gonçalves (PS), Ana Salvado (PS), Vanda Lima e Silva (PS), José Manuel Maia (CDU), Bruno Ramos Dias (CDU), Elisabete Peres Pereira (CDU), José Alberto Lourenço (CDU), Nuno Miguel Gonçalves (CDU), Inês Bom (BE) e Manuel Maria Braga (BE) comunicando a impossibilidade de estar presentes e solicitando a sua substituição.

**4.1.1 -** Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os/as eleitos/as Pedro Dias Pereira (PS) por impedimento do membro da respetiva lista Sérgio Bastos, Carina Sousa (PS) e André Macedo (PS); José Gabriel Joaquim (CDU), Mara Rita Martins (CDU), António José Olaio da Silva (CDU) por impedimento dos candidatos da respetiva lista Jorge Miguel Feliciano, Mário José Pedroso, Andreia Sofia Egas; tomaram posse ainda António Abrantes de Almeida (CDU) e José João da Mata (CDU) por impedimento dos candidatos da respetiva lista José Augusto Oliveira e Joana Reis Raposo; tomaram também posse Fátima Maria Marras (BE) e Pedro Celestino Pereira (BE).

**4.1.2 –** O Senhor Presidente da Junta da União de Freguesias de Almada Cova da Piedade Pragal e Cacilhas Ricardo Louçã solicitou a sua substituição pela eleita Ilda de Lurdes Garret.

**4.2.** Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não se registou qualquer falta.

**4.3-** O Senhor Presidente comunicou ainda à Assembleia, tendo em conta a informação da Câmara Municipal, a presença dos/as Senhores/as Vereadores/as Filipe Pacheco e Rui Carvalheira em substituição da Senhora Presidente da Câmara e do Senhor Vereador João Couvaneiro, Rui Jorge Martins em substituição da Senhora Vereadora Amélia Parda e do Senhor Vereador Luís Filipe Pereira em substituição da Senhora Vereadora Joana Mortágua.

**5 -** Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.



**5.1** - Usaram da palavra os Senhores Múncipes João Rocha, Leonor Lindão, Cátia Oliveira e Maria Helena Nunes.

**5.1.1** – O Senhor Múncipe João Rocha:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Tendo presente que no ano passado houve problemas com a recolha do lixo, pois o estado das viaturas era mau, não havia viaturas capazes e, como parece, ainda não há novas viaturas, compete ao Município fazer face ao aumento da população no verão que se aproxima.

Finalmente, quando faço a minha caminhada na zona da Sobreda Velha, ao aproximar-me da zona do Café Central, olho para o quadrante oeste/nordeste, nesse momento acontece algo que perturba a minha mente. Porque não consegue refletir, estou em Rabo de Peixe nos Açores ou na Sobreda, pelo facto do estado de degradação. Abandono de ambos os locais ter sido idêntico provavelmente para qualquer cidadão que circule num destes locais. Até se interroga a si próprio e lamenta como é possível a Administração Local, deixar chegar a um estado lastimável, ruas, estradas, etc., como acontece nestes locais. Isto deve-se ao passado longo do Executivo passado, não do Executivo atual.

Hoje não vou falar sobre as AUGI,s – Áreas Urbanas de Génese Ilegal, as AUGI,s estão submersas aqui de frente da Trafaria. Estão ali, quando vier um temporal elas vêm á tona da água e serão novamente faladas numa Assembleia Municipal.”

**5.1.2** – A Senhora Múncipe Leonor Lindão:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu moro num local que se chama Enxurrada, e que todos os anos a intervenção na zona da ribeira, na zona do caminho e no acesso à limpeza das ervas. O ano passado tivemos que fazer a limpeza por nossa conta porque tínhamos ratos e cobras no meio das ervas. Peço que façam uma intervenção na ribeira, porque se houver uma chuvada grande, nós ficamos inundados. Depois não sei de quem será a responsabilidade, porque eu já tive cheia na minha casa. Nesta sala há gente que sabe que é verdade, e por isso peço imenso aos Senhores/as Vereadores/as, que seja responsável, que vá ver a intervenção daquela ribeira, daquele sítio, daquele caminho, que nós qualquer dia não temos acesso, nem uma ambulância da maneira que está o caminho.”

**5.1.3** – A Senhora Múncipe Cátia Oliveira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Hoje venho aqui pedir um esclarecimento relativamente a uma dúvida que tenho. Tendo em consideração a petição “Vamos devolver a Casa da Juventude à Cidade de Almada”, e as notícias veiculadas na internet, que após a reunião da Assembleia Municipal de ontem, continuam a ser partilhadas, pretendo saber quais os planos



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

do Executivo da Câmara Municipal de Almada, para a Casa Amarela no Laranjeiro, e para o Ponto de Encontro em Cacilhas.”

### 5.1.4 – A Senhora Múncipe Maria Helena Nunes:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O assunto que me traz aqui, já é um assunto bastante antigo e gasto, mas que ainda ninguém o resolveu. É um assunto que afeta profundamente a população na Trafaria. Referimos por exemplo, o Centro de Saúde da Trafaria. Há cinco, seis anos, que o Centro de Saúde da Trafaria está encerrado. Após se ter gasto centenas de euros ao erário público, aquele edifício está cada vez mais degradado. Primeiro dizia-se que iria ser Juntas Médicas, depois, cuidados de saúde, depois não sei que mais. Ao fim ao cabo, não se fez nada e o edifício está cada vez mais degradado. Temos que ter em conta que a maior parte dos cidadãos são pessoas já idosas, e alguns com bastante deficiência, para se deslocarem ao Centro de Saúde da Costa, além de terem que gastar em transporte, que não é acessível a todos os que têm deficiência motora, e não só, torna-se um bocadinho longe, porque da paragem que é do Largo junto à Praça, até ao Centro de Saúde, ainda é um longo caminho. É bastante incómodo para quem se desloca ao Centro de Saúde. Na maior parte das vezes, o elevador está avariado, ora estando o elevador avariado, ou não têm atendimento ou o médico tem que ir ao r/c para atender o doente. Isto não é correto. Há que ver esta situação. Porque é que se constrói mais hospitais, porque é que o hospital de Almada que está sobrecarregado, e o Centro de Saúde está encerrado, quando tanta falta faz à população da Trafaria. Não se compreende quando está um Governo que é do PS, está a Presidente de Câmara que é do PS, e não se resolve esta situação. Acho que já era tempo de resolverem a situação. Façam qualquer coisa naquele edifício, pelo menos para resolver o problema da população.”

5.2 - Em resposta aos/às Senhores/as Múncipes, prestando esclarecimentos e informações, usou da palavra a Senhora Vereadora Teodolinda Silveira, em substituição da Senhora Presidente da Câmara Municipal.

### 5.2.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal substituta, Vereadora Teodolinda Silveira:

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente à primeira questão que nos foi colocada pelo senhor município João Rocha, aquilo que lhe posso dizer é que foi efetivamente difícil, está a ser difícil, fazer a gestão de recolha e a gestão de resíduos, num quadro em que os equipamentos não existem e os que existem, estão de facto muito degradados e com avarias constantes, mas enfim, estamos aguardando, já foram adjudicadas as oito viaturas que estão neste momento em parecer do Tribunal de Contas. Mas respondendo à pergunta que coloca, como é que vamos encarar, como é que vamos fazer face ao acréscimo da população no verão no Concelho, claro que vamos ter de encontrar e lançar mão de tudo aquilo que for possível, e estamos neste momento já a desencadear um procedimento que nos permita ter uma verba disponível, para já, em contrato de aluguer de viaturas, para que sempre que for



preciso e não haja viatura municipal, nós possamos sem qualquer perda de tempo, recorrer ao contrato que temos e no imediato recorrer a uma viatura que possa substituir aquelas que efetivamente não temos ou temos avariadas. Chamo a atenção que, nem sequer o procedimento que vamos fazer para aluguer de viaturas é um procedimento que possa sair mais dispendioso ao município, porque o preço a que nos estão a ficar as viaturas hoje, com o arranjo que temos que lhes fazer, que são arranjadas hoje e avariam no dia seguinte, arranjos absolutamente dispendiosos, portanto não compensa e não dão garantias. São duas coisas, não compensa e não dão garantias. E, portanto, a decisão que tomamos foi esta, porque todos sabemos que estes procedimentos demoram muito tempo, ter pronto só se gasta quando é preciso, um procedimento que nos permita ter sempre uma viatura disponível, para comportar os circuitos, e não ficarmos com os circuitos por acabar, como tem muitas vezes acontecido, o que não é muito grave agora, mas começa a ser muito grave a partir de maio, como todos sabemos, com o aumento da população que temos no Concelho. Portanto, foi esta a forma que encontramos depois de muito ponderar, de ponderar despesas, de ponderar tudo. Foi esta decisão que tomamos e esperamos poder desta forma, responder àquilo que são as necessidades da higiene urbana, com o acréscimo da população que há no Concelho.

Relativamente à outra questão que colocou. É evidente que temos feito e mesmo nas AUGI,s algumas limpezas e cortes de vegetação, nomeadamente na Quinta da Adega, que penso que é esta que me refere aqui, estavam de facto em muito atraso, havia até uma grande acumulação de resíduos, para não dizer lixo, que foram retirados, mas nem tudo ainda pôde ser feito, será logo que isso seja possível.

Relativamente à questão que a senhora munícipe Leonor Lindão nos colocou, dizer-lhe que tive já indicação que o Senhor Vereador Miguel Salvado, que na segunda-feira de manhã deslocar-se-á ao local para ver o que é que se passa. Depois teremos que articular atuações entre quem resolve o problema da água, e quem resolve o problema da sequente limpeza que terá que ser feita.

Relativamente à senhora Munícipe Cátia Oliveira e à pergunta que coloca. Confesso que não sei porque é que anda a correr, não vi, admito que sim, se o está a dizer é porque é verdade, porque é que anda a correr um abaixo-assinado, que segundo percebi, pede para que não seja encerrado o Ponto de Encontro. Não percebo, o Ponto de Encontro não vai encerrar, o Ponto de Encontro não vai sequer alterar a sua utilização, eu já afirmei aqui ontem, que o facto de haver um contrato com o Coreógrafo Paulo Ribeiro, não vai mudar aquilo que é a utilização do Ponto de Encontro e da Casa da Juventude. O Senhor Deputado Municipal João Geraldês, eu ontem não tive a oportunidade de lhe responder, mas hoje irei fazê-lo. Portanto, já ontem tinha referido que, o Ponto de Encontro não vai fechar, o Ponto de Encontro não vai ser concessionado a ninguém, como sempre foi utilizado até aqui, por diversos grupos e continuará a ser utilizado de forma gratuita, e aquilo que vai ser feito é articular tempos, atores e equipamentos, para que todos possam ensaiar, todos possam lá estar e a atividade que lá vai decorrendo, em nada vai sofrer alterações. Tem que haver, o que me parece legítimo, encontro de todas estas



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

condicionantes e vertentes que eu aludi. Portanto, o abaixo-assinado, não o conheço, penso que não tem fundamento. Mais, carece ainda de ter presente, que o Ponto de Encontro vai ter que sofrer requalificação quando for da requalificação do Ginjal, e, portanto, nesse momento, todos os grupos que lá ensaiam, que se utilizam daquele espaço, terão que ser realocados em qualquer outro. E, também aí, serão todos os que lá estão, todos os que lá estiverem na altura, serão realocados numa gestão equilibrada e consensual, de tudo o que são os espaços de cultura em Almada. Portanto, penso que o abaixo-assinado não ter qualquer fundamento.

Relativamente à questão do Centro de Saúde. Eu sou muito sensível aquilo que a nossa munícipe aqui aludi. Principalmente percebo perfeitamente que as pessoas que têm dificuldade de mobilidade, o encerramento foi de facto dramático. Faremos daquilo que é a nossa possível intervenção, tentaremos fazer todas as démarches que estejam ao nosso alcance, não garantimos que isso possa surtir muito efeito, mas garantir-lhe que estamos sensíveis e que compreendemos de facto as questões que aqui colocou.”

**6 - Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia.**

**6.1 – Entrou-se no ponto 3.1 da agenda, relativo a Revisão do Regimento da Assembleia Municipal.**

**6.1.1-** Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal para apresentar a proposta que tinha sido consensualizada na Conferência de Representantes, assim como a alteração da grelha de tempos.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal José Joaquim Leitão:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O primeiro ponto da Ordem Do Dia é uma proposta de alteração do Regimento que foi distribuída atempadamente, esta alteração do Regimento e do Anexo – Grelha de Tempos, responde a duas necessidades. Por um lado, adaptar o funcionamento da Assembleia Municipal à nova realidade que surgiu com a existência de um Senhor Deputado Municipal Independente. E, por outro lado, corrigir algumas gralhas, que foram sendo detetadas no Regimento e que se aproveita agora, para poder passarmos a ter um Regimento mais correto e mais preciso.

Esta matéria foi tratada em sede de Conferência de Representantes, tendo sido consensualizado o que vos é presente neste momento.”

**6.1.2.** Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum, passou-se à votação, tendo a proposta sido aprovada por unanimidade, através da seguinte

### **DELIBERAÇÃO**

*A Assembleia Municipal de Almada, ao abrigo da al. a) do nº 1 do artigo 26º do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e do artigo 98 do Regimento, delibera alterar os artigos:*



14º nº 7; 25º, nº 1 al. g); 42º, nº 8 e 44º, nº 2, do Regimento da AMA e alterar a grelha de tempos, nos seguintes termos:

Artigo 14º nº 7

Onde se lê:

7 - Os requerimentos referidos nas alíneas g) e h) do nº 1 devem ser entregues nos serviços da Assembleia com a antecedência mínima de 5 dias úteis sobre a data da reunião, no caso de sessões extraordinárias, e de 8 dias úteis no caso de sessões ordinárias

Deve ler-se:

7 - Os requerimentos referidos nas alíneas g) e h) do nº 1 devem ser entregues nos serviços da Assembleia com a antecedência mínima de 5 dias úteis sobre a data da reunião, no caso de sessões ordinárias, e de 8 dias úteis no caso de sessões extraordinárias

Artigo 25º, nº 1 al. g)

Onde se lê

g) Realizar as ações de que seja incumbida pela Assembleia Municipal no exercício da competência a que se refere a alínea b), do nº 2, do artigo 3.º;

Deve ler-se:

g) Realizar as ações de que seja incumbida pela Assembleia Municipal no exercício da competência a que se refere a alínea a), do nº 2, do artigo 3.º;

Artigo 42º, nº 8:

Onde se lê:

8 - As iniciativas previstas na alínea c), do nº 1, do artigo 14º, na alínea e), do nº 2 do artigo 25º, nas alíneas c) e d), do nº 1 do artigo 43º e no nº 1, do artigo 70º devem ser entregues nos serviços de apoio à Assembleia Municipal até às 15h30 minutos da antevéspera da reunião em que decorra o período antes da ordem do dia, devendo obrigatoriamente ser enviadas a todos os Deputados Municipais até às 17h15 minutos desse mesmo dia.

Deve ler-se:

8 - As iniciativas previstas na alínea c), do nº 1, do artigo 14º, na alínea e), do nº 2 do artigo 25º, nas alíneas c) e d), do nº 1 do artigo 42º e no nº 1, do artigo 69º devem ser entregues nos serviços de apoio à Assembleia Municipal até às 15h30 minutos da antevéspera da reunião em que decorra o período antes da ordem do dia,



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

devendo obrigatoriamente ser enviadas a todos os Deputados Municipais até às 17h15 minutos desse mesmo dia.

Artigo 44<sup>o</sup>, n<sup>o</sup> 2:

Onde se lê:

2 - Os assuntos indicados por qualquer Deputado Municipal, a incluir na agenda da Ordem do Dia, devem ser apresentados por escrito com a antecedência mínima de:

a) Cinco dias úteis sobre a data da reunião, no caso de reuniões extraordinárias;

b) Oito dias úteis sobre a data da reunião, no caso de reuniões ordinárias

Deve ler-se:

2 - Os assuntos indicados por qualquer Deputado Municipal, a incluir na agenda da Ordem do Dia, devem ser apresentados por escrito com a antecedência mínima de:

a) Cinco dias úteis sobre a data da reunião, no caso de reuniões ordinárias;

b) Oito dias úteis sobre a data da reunião, no caso de reuniões extraordinárias

### GRELHA DE TEMPOS

#### 1. Período de Antes da Ordem do Dia

Grelha	BE	CDS	CDU	PAN	PS	PSD	Ind.	TOTAL	CMA	TOTAL
A	6	4	12	4	12	8	2	48	12	60
Reforço	4	3	7	3	7	5	1	30	-	30

#### 2. Período de Intervenção do Público

Grelha	BE	CDS	CDU	PAN	PS	PSD	Ind.	TOTAL	CMA	TOTAL
B	3	2	4	2	4	3	2	20	8	28

#### 3. Período da Ordem do Dia

Grelha	BE	CDS	CDU	PAN	PS	PSD	Ind.	TOTAL	CMA(IC)	TOTAL(IC)	CMA(IA)	TOTAL(IA)
C	4	2	5	2	5	4	2	24	16	40	6	30
D	5	3	6	3	6	5	2	30	17	47	7	37
E	7	4	9	4	9	7	3	43	18	61	10	53
F	8	5	10	5	10	8	3	49	20	69	12	61
G	10	6	14	6	14	11	4	65	23	88	15	80
H	12	7	17	7	17	13	4	77	26	103	20	97
I	13	8	20	8	20	15	5	89	30	119	23	112
J	16	9	25	9	25	18	6	108	35	143	26	134
L	18	10	27	10	27	20	6	118	40	158	30	148
M	23	11	33	11	33	25	7	143	45	188	35	178
N	25	12	37	12	37	28	8	159	50	209	40	199

IC - Iniciativa da Câmara Municipal

IA - Iniciativa da Assembleia Municipal

6.2 – Entrou-se no ponto 3.2 da agenda, relativo a Alteração à Composição das Comissões Permanentes.

6.2.1- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal para informar que era retirada a proposta.



O Senhor Presidente da Assembleia Municipal José Joaquim Leitão:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Tínhamos previsto, também, hoje aprovar uma proposta para a constituição das Comissões Permanentes. No entanto, uma situação superveniente relativamente à Conferência de Representantes, não permite que se avance com a proposta, e a proposta é retirada. Foi também consensualizada que esta situação será trabalhada novamente em Conferência de Representantes e virá à Assembleia Municipal o mais rapidamente possível.”

**6.3** – Entrou-se no ponto 3.3 da agenda, relativo a Apreciação da Informação da Presidente da Câmara acerca da Atividade Municipal;

**6.3.1** – Para a apresentação usaram da palavra a Senhora Vereadora Teodolinda Silveira em substituição da Senhora Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores Miguel Salvado e Nuno Matias.

**6.3.1.1** – A Senhora Presidente da Câmara Municipal substituta, Vereadora Teodolinda Silveira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Os Senhores/as Deputados/as Municipais têm em vossa posse o Relatório Trimestral da Atividade da Câmara Municipal, e eu numa ótica de privilegiar o debate e a clarificação das ideias, vou fazer apenas uns sublinhados daquilo que me parece mais importante. Deixaremos o resto às perguntas que os Senhores/as Deputados/as Municipais queiram colocar. De uma forma muito rápida dizer que nestes últimos três meses, nas várias áreas, aquilo que nos parece ter sido mais relevante, começo logo pela assinatura do protocolo com a AMARSUL, para uma candidatura de recolha de resíduos orgânicos, como sabemos está na ordem do dia e que, a ser aprovada, trará para o Município um investimento de cerca de 2.000.000.00€ (dois milhões de euros), em viaturas de recolha e em contentorização. Finalmente concluímos, como já disse há pouco, em resposta a um munícipe, a adjudicação das oito viaturas e esperamos que de facto, o parecer do Tribunal de Contas não demore e que possamos em tempo útil tê-las connosco. Iniciamos a beneficiação das obras em Vale Figueira Parque, tentando já em obra a recuperação das coberturas. Adotamos medidas e procedimentos que visam fazer face à época balnear, quer na recolha de resíduos, quer na contentorização, nomeadamente, na instalação de enterrados e da nova contentorização junto às praias. Procedemos à abertura de cinco “Espaços do Cidadão”. Está em elaboração um projeto de requalificação de Cacilhas, da rua dos Pescadores e da Costa da Caparica, tendo já havido reunião com os comerciantes e estando a obra prevista para recomeçar em outubro, porque antes seria prejudicial a todo o movimento que a Costa da Caparica tem, e está adjudicado também o projeto da Avenida do Mar. Foi elaborado o projeto e está em fase de lançamento a empreitada para requalificação da praça central de acesso às praias entre o Tarquínio e a Carolina do Aires, com o levantamento daquelas sulipas e a construção de dois campos de futebol de praia, dois de voleibol de praia e a recuperação o que é uma vertente muito importante da Duna Primária. Foi aprovado o lançamento de dezassete empreitadas que abrangem diversos



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

territórios do Concelho, para a requalificação da sinalização vertical e horizontal, para o melhoramento dos pavimentos, para a construção de percursos pedonais e outros. Destas salientamos por nos parecerem muito emblemáticas, a requalificação do jardim da Cova da Piedade e dos espaços exteriores do Caramujo/Romeira. Concretizou-se a inauguração do Parque Interativo, só havia um no país, penso que em Cascais, e Interativo Inclusivo no Parque Comandante Júlio Ferraz. Deu-se início ao projeto de requalificação do Parque Juvenil do Jardim Urbano da Costa da Caparica e está em início de fase lançamento a reclassificação de parques infantis no Laranjeiro e em Almada. Realizou-se também a 15ª Edição do Mercado Amigo da Terra, que permite compatibilizar o que foi uma época festiva com a sensibilização da educação ambiental, e com a dinamização do comércio local. Concluiu-se as obras no Mercado das Torcatas, espaço como todos sabemos, de muito interesse arquitetónico e que ficará ao serviço dos almadenses, como espaço de fruição cultural, de entretenimento, de dinamização económica, integrado no movimento mais vasto e global da renovação e ativação dos mercados municipais. Lançamos a campanha “Almada é a tua Casa”, que com ela pretendemos sensibilizar os cidadãos para necessidades mais corretas nos comportamentos em matéria de depósito de lixos e que deu continuidade aquela que o ano passado iniciamos mais focalizada e centrada nas praias. Celebrou-se um contrato com a APA - Associação Portuguesa do Ambiente para efeitos de reforço do projeto Reduna e do Cordão Dunar, com a presença do Senhor Ministro do Ambiente e na ocasião também ficou programada a urgente reposição das areias na Costa da Caparica. O Município de Almada participou no Congresso Internacional das Cidades Educadoras, tendo ficado representado na sua Assembleia Geral. Organizamos as festas de Natal. Consignaram-se as obras na Escola Básica Maria Rosa Colaço, na Escola Básica de Vila Nova, na Escola Básico Louro Artur em Vale Rosal. Preparou-se a entrada em funcionamento da Escola Santa Maria, que estava em fase terminal de construção. Realizou-se o Corta Mato Escolar, o início do Troféu Almada Atletismo. Deu-se apoio e assinou-se um protocolo no âmbito dos diabetes em movimento e deu-se apoio a inúmeras iniciativas de caráter nacional e internacional, o European Karaté, o Encontro Mundial de Capoeira, o Nacional de Basquetebol Feminino, Jogo de Seleção Nacional e Futebol Sénior. Foram promovidas várias exposições, no âmbito da cultura, “O Pórtico da Identidade” na Lisnave em Almada, Museu Naval, “Na Margem uma História do Rock, no Museu na Cidade, “O Futuro e o Passado” desenhos de Amadeu de Sousa Cardoso, na Casa da Cerca. “Almada Feliz”, foi uma iniciativa que pensamos que todos se lembram porque muitos afluíram, começou com a realização da festa de Natal durante quatro dias concessões do Circo, “O Circo é um Sonho”, realizado pelo Chapitô e onde estiveram todas as crianças das nossas escolas e das instituições. Continuou a partir do dia 14 até ao final do ano com atuações de diversos artistas, em diversos palcos, para diversos públicos, e que penso que foi efetivamente uma programação de Natal bem conseguida é esse pelo menos o feedback que temos de muita gente. Promoveram-se no âmbito da educação e deu-se apoio aos projetos “Programa Mais Leitura, mais Sucesso”, “Almada Qualifica”, promoção da Inclusão e do Sucesso Indicativo. Relativamente à habitação. Atribuíram-se no mês de dezembro seis habitações que conseguiram requalificar-se. Deu-se início ao



procedimento tendente à criação de um Regulamento Geral de Acesso à Atribuição de Habitação, está em fase pública de discussão. Procedeu-se à reabilitação integral de cinco casas durante o mês de janeiro, bem como inúmeras intervenções muito urgentes, no parque habitacional. Estamos na fase de análise do relatório entregue, dos bairros habitacionais para priorizar outras informações, e obras públicas nos edifícios municipais. No âmbito dos recursos humanos, desenvolveram-se uma série de procedimentos concursais para recrutamento de noventa assistentes operacionais das mais variadas profissões. Quarenta e um Técnicos Superiores de diversas especialidades técnicas e específicas, que os serviços sentiam necessidade e procedeu-se a um recrutamento interno através da valorização de trabalhadores assistentes operacionais, que foram reclassificados em Assistentes Técnicos, para o Espaços do Cidadão. Concretizaram as obras dos Serviços de Saúde Ocupacional, cuja inauguração está prevista para o início do próximo mês de maio em Vale Figueira. Dando corpo às Grandes Opções do Plano e mais no âmbito mais vasto, e que prevê um Simplex Autárquico, nomeadamente com a desmaterialização de processos e a instalação de uma infraestrutura tecnológica, na Câmara Municipal no suporte do SIG – Sistema de Informação Geográfica Municipal. Mais ou menos percorri o documento que têm na mão e ficamos disponíveis para as perguntas que entendam colocar.”

**6.3.1.2 – O Senhor Vereador Miguel Salvado:**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Tentando de uma forma resumida até porque o documento foi distribuído, estamos naturalmente aqui disponíveis para qualquer tipo de esclarecimento. Em relação à atividade dos SMAS, neste caso do mês de novembro e dezembro, gostaria só de realçar aqui alguns assuntos que acho que são importantes. Por decisão unânime, na reunião de Câmara no dia vinte sete de dezembro, anulamos o contrato que havia com o empreiteiro da Quinta da Bomba, eu acho que isto é importante frisar aqui, por um motivo muito simples. Este foi um assunto que foi discutido em sessão de Câmara, que foi votado e aprovado por unanimidade, mas, apesar da decisão ser de dezembro, o facto é que já em janeiro e fevereiro, a grande responsabilidade de pôr todo o processo da Quinta da Bomba a dar resultados e a dar resultados até bastante satisfatórios, é fruto do trabalho dos nossos funcionários. Com a saída por decisão nossa, do empreiteiro de obra, como toda a parte de construção civil estava feita, o problema ali teria a ver com o processo, os nossos próprios serviços e os nossos funcionários, assumiram essa responsabilidade e ao dia de hoje apesar de estarmos a falar de janeiro e fevereiro e aqui ser o Relatório de novembro e dezembro, esta decisão é de dezembro naturalmente, mas é importante realçar, que estamos a começar a ter resultados muito positivos, de uma decisão que tomamos todos em conjunto em sessão de Câmara em dezembro, mas que ao dia de hoje começamos já a ter resultados muito positivos graças ao esforço diário e constante dos nossos funcionários e dos nossos colaboradores. Terminamos também uma obra importante que já se arrastava há bastante tempo que tem a ver com toda reabilitação do reservatório do Feijó e das células apoiadas, e também da célula elevada e da própria estrutura, e é uma



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

empreitada que está neste momento praticamente terminada. Temos uma empreitada que tem a ver com o emissário do Funchalinho a decorrer a bom ritmo. Acabamos nesta altura a empreitada da rua de São João às Quintinhas na Charneca de Caparica. A nível dos SMAS e saneamento e da própria rede de águas também foi substituída, está terminado, vamos agora passar para a fase de finalmente, talvez ao final de quarenta anos, de uma vez por todas, aquela rua ter condições de circulação, com pavimentos, com passeios, de forma adequada para as pessoas que lá vivem. Eu estou a ouvir alguns risos, mas a verdade é que há quarenta anos, aquelas pessoas têm uma estrada de terra batida, em pó, e que, até estas obras, nem saneamento tinha. Mas quem lá vive vai de certeza ficar contente, e a seguir vamos passar para a outra rua do lado, para a rua dos Bem-vindos às Quintinhas, que também precisa, e que também estava na mesma situação. Terminamos o furo em Corroios de alta profundidade. Dizer-vos que nesta altura em dezembro, entramos num processo, finalmente, conseguimos ter o processo de gestão de dívida a começar a dar frutos. Houve também um grande acompanhamento por parte dos nossos serviços e dos nossos técnicos, inclusive houve também um aumento dos planos de pagamento que temos aceite, para exatamente salvaguardar situações em que as pessoas não tendo condição para pagar logo de imediato, mas que conseguem pagar e aí os SMAS, naturalmente, tem sempre uma atenção para com eles. Temos também a assinatura do protocolo com a Faculdade de Arquitetura para a elaboração do estudo do futuro Museu da Água, que se vai localizar nos nossos reservatórios do Pragal. Estiveram a decorrer o período de concurso que neste momento já terminou, de concurso externo para dez procedimentos concursais, e como viram houve quinhentos e seis candidatos a estes lugares, estando neste momento a iniciar-se a fase de seleção. Começamos no final do ano passado, início deste ano, já com um ano de dados de telemetria da zona da Herdade da Aroeira, que está a ser muito importante e que nos tem dado dados muito interessantes, e que nos vão permitir em breve também tomar algumas ações ao nível do terreno. Para terminar, os SMAS ficaram classificados num projeto Internacional que é o que tem a ver com a produção de energia e de emissão de dados de uma zona de medição e controlo, isto é uma questão um pouco mais técnica, mas é um projeto internacional, que já vinha de trás do projeto PROTEUS, é uma continuação que juntamente com a Faculdade de Ciências e Tecnologia UNINOVA neste caso, e também de uma empresa do Madan Parque, entre outros parceiros internacionais, houve uma apresentação final perante a Comissão Europeia, estamos neste momento só a aguardar o resultado para ver se fomos o projeto vencedor. Para terminar, último dado, estamos a concluir o SIADAP dos nossos funcionários do Biénio 2017/2018, e já lançamos as bases e todo o início do processo do Biénio 2019/2020. Em breve iremos fazer também uma avaliação daquele trabalho imenso que foi necessário fazer do SIADAP de 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016.”

### **6.3.1.3 – O Senhor Vereador Nuno Matias:**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



Tentando ser telegráfico, para tentar complementar aquilo que a Senhora Vereadora Teodolinda Silveira transmitiu. Destacar apenas duas grandes áreas de intervenção sobre as quais nós tivemos ocasião de começar obra. Uma primeira, as instalações dos trabalhadores do Viveiro do Alto do Índio, que está já a acontecer e que para nós era fundamental, dadas as condições que fomos encontrar, que eram no mínimo pouco dignificantes. Em simultâneo fomos também encontrar uma situação caricata no Canil Municipal, onde oito trabalhadores infelizmente, partilham ainda um balneário e um chuveiro. Homens, mulheres, eu diria que não é a melhor maneira de oferecer condições de trabalho a trabalhadores da autarquia, que merecem ser dignificados nas suas funções. Posso-vos adiantar, que neste momento está já decidida uma intervenção de emergência para melhorar estas condições e ultrapassar esta situação, que deverá ainda começar no primeiro trimestre deste ano, e está já a ser desenvolvido um estudo prévio para instalações definitivas para o futuro Centro de Bem Estar Animal, que contemplará também o serviço veterinário com soluções definitivas, mas até lá não era admissível que a Câmara Municipal oferecesse aos trabalhadores as condições que tivemos a ocasião de testemunhar e que hoje, infelizmente, ainda existem. Dar nota também que está neste momento pronto o estudo prévio das instalações do viveiro dos Capuchos, exatamente com condições que atualmente não são as mais dignificantes para os trabalhadores, e que correndo tudo como desejamos, procuraremos lançar o procedimento para a empreitada ainda este ano. Para finalizar, dar nota que começou a obra do Parque Urbano do Pragal. Aquilo que irá terminar por ser o Parque Urbano do Pragal, bem como um projeto que quisemos incluir, que será um grande parque infantil que era uma ambição da população, que ao ligar também o parque ao Parque da Paz, contemple uma oferta complementar para os mais novos, e estamos a preparar um grande parque infantil para oferecer à população de Almada, exatamente neste pressuposto que primeiro temos que fazer também a obra de reabilitação e oferecer melhores condições e qualidade de vida às pessoas, mas não nos podemos esquecer em nenhum segundo da nossa intervenção, da dignificação do trabalho e das condições de trabalho de todos os nossos colaboradores da Autarquia que bem merecem esse nosso esforço, porque é um investimento na sua satisfação, para podermos dar melhores condições para o empenho e para o grande serviço que fazem diariamente ao serviço dos almadenses.”

**6.3.2** – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais Eva Gomes (CDU), Artur Alfama (PAN), João Geraldês (CDU), Pedro Celestino (BE), Pedro Matias (PS), Luís Palma (CDU), António Pedro Maco (CDS-PP), Carlos Revés (CDU), André Macedo (PS), Carlos Guedes (Ind), José Rocha (BE), Débora Rodrigues (PS), Margarida Lourenço (PS) e Sílvia Sousa (PSD).



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

### 6.3.2.1 – A Senhora Deputada Municipal Eva Gomes (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Na Sessão desta Assembleia Municipal realizada no dia 27 de Fevereiro de 2018, a Senhora Presidente da Câmara Municipal afirmou, em resposta a questões colocadas pelo Município Mário Inocêncio, utente da Casa da Juventude - Ponto de Encontro, que "... esses dois edifícios (referindo-se ao Ponto de Encontro e ao Centro Paroquial que lhe fica adjacente) terão que ser demolidos, até porque estão na beira da arriba e estão em grande perigo de segurança", acrescentando depois que "há um compromisso, [...] o promotor compromete-se a construir uma nova Casa da Juventude, que será basicamente no mesmo sítio, por cima do previsto silo de carros. A nova Casa da Juventude essa está garantida, e será basicamente no mesmo sítio". Após este compromisso, a Senhora Presidente levou a decisão da Câmara Municipal, um protocolo que a maioria PS/PSD e o Bloco de Esquerda aprovaram na Reunião de Câmara Municipal de 6 de fevereiro de 2019, que diz expressamente na sua cláusula segunda, número 3, "o apoio Logístico da primeira outorgante consiste na cedência da utilização, a título gratuito, pelo prazo de vigência do presente protocolo, do espaço denominado 'Ponto de Encontro', sito em Cacilhas". É caso para sabermos afinal onde está a verdade: nos compromissos assumidos há um ano pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, ou no protocolo estabelecido com a Companhia Paulo Ribeiro, aprovado na referida reunião de Câmara Municipal? São estas contradições que levaram a que a CDU fosse a única força política que na Câmara Municipal votou contra a celebração deste protocolo. E esteve bem a CDU, ao rejeitar a celebração deste protocolo, conhecedora das legítimas aspirações dos criadores e utilizadores do espaço municipal Casa da Juventude - Ponto de Encontro de aí poderem continuar a trabalhar nos seus projetos culturais locais, o que poderá estar comprometido pela cedência destas instalações à Companhia Paulo Ribeiro. Aliás, ainda ontem nesta Assembleia Municipal, tivemos uma expressão viva e intensa disso mesmo através das diversas intervenções dos utentes do Ponto de Encontro aqui trazidas. Por outro lado, estranhámos que seja atribuída a esta Companhia uma verba significativa, sem que se conheça o projeto concreto associado, ao contrário do que é exigido ao movimento associativo popular. Nestes termos, perguntamos à Senhora Presidente da Câmara Municipal em exercício: o que vai vigorar no Ponto de Encontro: os compromissos assumidos há um ano pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, garantindo o acesso a todos os utentes que há largos anos o utilizam, ou o texto do protocolo estabelecido com a Companhia Paulo Ribeiro, que estabelece a cedência do espaço àquela Companhia? Uma pergunta tanto mais necessária quando ontem a Senhora Presidente em exercício não respondeu de forma clara e inequívoca às questões colocadas pelos utentes que aqui se pronunciaram e que voltou hoje a mencionar sem especificar os moldes em que, e como é que este processo decorrerá, e agradecemos uma resposta mais específica e mais esclarecedora. Designadamente, se a Câmara Municipal pensa incluir no protocolo com o bailarino a garantia da utilização do Ponto de Encontro pelos seus utentes?"



**6.3.2.2 – O Senhor Deputado Municipal Artur Alfama (PAN):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais

Acerca da análise que fizemos da Atividade Municipal, e deste relatório que nos foi apresentado, temos aqui algumas questões, e surgem também no seguimento de uma reunião que tivemos esta semana com a vereação que tem o Bem-Estar Animal, no seu pelouro. Vínhamos aqui reiterar uma solicitação que fizemos ao Senhor Vereador Nuno Matias. No fundo, solicitar que nesta informação o Pelouro passe a informar de forma quantitativa do modo como estão a ser concretizadas as medidas de Bem-estar Animal pelo Serviço Veterinário Municipal, nomeadamente nas intervenções efetuadas como por exemplo, o número de esterilizações e os seus beneficiários. Isto porque, penso que está consensualizado que as esterilizações são a melhor forma de controlo de população animal no Concelho de Almada, e sendo esse um eixo fundamental, era importante que esta informação estivesse vertida no Relatório. Ainda acerca deste assunto, dados recentes a que tivemos acesso, deram-nos conta que com referência a linha que o Estado disponibiliza aos Municípios, quinhentos milhares de euros para esterilizações, os dados que recebemos foi que o Município de Almada, terá solicitado no ano anterior, cerca de 2.900.00€ (dois mil e novecentos euros) dos 15.000.00€ (quinze mil euros) a que teria direito. Portanto, estamos a falar de uma execução de perto de 20%, num montante que globalmente pelos Municípios dos quinhentos milhares de euros, foram utilizados duzentos e oitenta e sete mil, portanto, perto de 57% em média, como disse, 19% foi o valor que Almada utilizou. Por exemplo Évora e Viseu, utilizaram os 15.000.00€ (quinze mil euros) que estavam disponíveis, portanto esgotaram a verba. Aquilo que gostaríamos de saber, mais uma vez reiterando a importância das esterilizações, era saber se Almada planeia recorrer mais a este tipo de apoio e por que razão o terá feito numa execução tão baixa. Depois outros dois assuntos que também analisamos no Relatório, um tem a ver com o glifosato, enfim continua a preocupar-nos a utilização do glifosato no nosso Concelho, é um assunto que já vem de há muitos anos, gostaríamos de saber qual a consequência da suspensão da aplicação de vinagre ordenada pelo ofício 17/2018 da DGV – Direção-Geral de Veterinária, nomeadamente se a mesma implica o aumento de utilização de glifosato, ou se alternativamente vão ser adotadas as outras técnicas menos agressivas para o ambiente? Também em relação à rede clicável, fui verificar uma informação, que terá sido resolvido um contrato relativo ao projeto Rede Clicável de Almada, gostaríamos de saber que consequências é que este facto terá para a estratégia relacionada com as formas de mobilidade suave, nomeadamente neste caso da rede clicável.”

**6.3.2.3 – O Senhor Deputado Municipal João Galdes (CDU):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Para colocar três questões muito concretas e objetivas. A primeira questão prende-se com o processo relativo à Linha de Muito Alta Tensão Fernão Ferro/Trafaria na parte que atravessa a Freguesia da Charneca de Caparica,



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

e é para solicitar informação sobre o ponto de situação e evolução deste processo. Relembrando, que sobre esta matéria se encontra na posse da Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara Municipal, desde o passado dia 10 de julho de 2018, um Requerimento do Grupo Municipal da CDU ao qual não obtivemos ainda resposta. A segunda questão prende-se com a necessidade de intervenção em matéria de segurança rodoviária nas vias de acesso à Escola Secundária de Fernão Mendes Pinto, no Pragal. Demos conta que se iniciaram recentemente obras de reconstrução de calçadas em passeios (é assim referido na identificação presente no local) no cruzamento das ruas Luís Serrão Pimentel e Galileu Saúde Correia, numa área adjacente e que serve a Escola Secundária de Fernão Mendes Pinto. Sabemos que foi entregue à Câmara Municipal, designadamente ao Sr. Vereador João Couvaneiro, em novembro de 2017, uma proposta de intervenção em diversas vias de circulação que servem aquela Escola (as já referidas, mas também a Rua Cidade de Ostrava e a Rua D. João de Castro), no sentido da melhoria da sinalização de trânsito, horizontal e vertical, naquelas artérias. Sabemos que essa proposta sublinhava designadamente a necessidade de instalação de lombas dissuasoras de velocidade, sinalização de aproximação de escola que hoje não existe, entre outras intervenções então identificadas. Perguntamos por isso se a obra que referimos no cruzamento das ruas Luís Serrão Pimentel e Galileu Saúde Correia se inscreve já no quadro desta necessária intervenção e integrará a sinalização referida para além da reconstrução da calçada em passeios, e em caso negativo, para quando pensa a Câmara Municipal calendarizar a intervenção em matéria de segurança rodoviária naquelas e nas restantes vias de circulação que referimos, uma intervenção há muito reivindicada pelo conjunto da comunidade escolar da Fernão Mendes Pinto. Ainda, e por falar na Escola Fernão Mendes Pinto, não colocamos em dúvida a veracidade de todos os elogios que ontem a Senhora Deputada Municipal Vanda Silva aqui teceu relativamente ao esforço do Governo no investimento ao nível do parque escolar do país. Mas não deve ter lido a notícia do jornal Público do passado sai 21 de janeiro de 2019, que nos dá conta de que todo esse notável esforço, por qualquer razão que desconhecemos, ainda não chegou a Almada. Pelo menos pelo que os alunos, precisamente da Escola Fernão Mendes Pinto, testemunharam nessa notícia do jornal Público. Uma última pergunta: Senhora Presidente em exercício, agradecíamos que nos informasse em que página da informação distribuída aos Deputados Municipais consta o número de seis realojamentos que referiu na sua intervenção, porque na leitura que fizemos encontramos apenas referência à preparação de um realojamento por transferência e a uma única família realojada.”

### **6.3.2.4 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Celestino (BE):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu venho aqui pedir um esclarecimento sobre o tema da Casa da Juventude, que é coisa que preocupa o Bloco de Esquerda, visto ser um equipamento municipal que tem sido muito menos utilizado, do que já foi em tempos, em que tinha muito mais atividade. Estas perguntas são pedidos de esclarecimentos às informações que temos. Uma delas é saber se as associações que estavam a fazer uso do espaço vão continuar a fazer uso de espaço?



Saber quem é que vai fazer a coordenação do uso de espaço da Casa da Juventude, e nomeadamente se é o Departamento da Juventude, se é a Casa Municipal de Almada, ou se é a Companhia de Dança que para lá vai? A segunda pergunta é quando é que se vão iniciar as obras na Casa da Juventude e inclusive a reconstrução da mesma? Terceira pergunta, é saber durante este período de obras, para onde serão instaladas as associações que lá trabalham e a Companhia de Dança que também lê se vai instalar? Uma quarta pergunta tem a ver com o concurso público para a contratação de seis técnicos operacionais que iniciou em maio de 2017, e supostamente concluído em dezembro do ano passado em 2018, que eram para trabalhar nas Casas de Juventude, é para saber se vão ou quando é que vão iniciar funções e tendo em conta este novo contexto de que forma é que vão desempenhar estas mesmas funções?”

#### 6.3.2.5 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Matias (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Quero começar por saudar a Câmara Municipal de Almada, pela forma como apresentou o Relatório da Atividade, penso que bastante detalhado e isso é significativo para quem avalia e para quem trabalha diariamente com estas questões, percebe-se que há um caminho e que ele está a ser seguido. Mas queria trazer aqui cinco pontos que me parecem ser importantes e que têm que ser valorizados. O primeiro foi a questão dos apoios e as subvenções públicas, feitas em dezembro de 2018, foram distribuídos cerca de 350.000.00€ (trezentos e cinquenta mil euros) às coletividades, um momento importante de apoio ao Movimento Associativo, mas também um momento importante de equidade e onde se cumpriu o princípio da igualdade. Sabemos quais eram os critérios de atribuição de muitos subsídios em Almada, basta ver o passado, basta olhar para os números do passado, e muitas coletividades pela primeira vez em muitos anos, algumas em mais de dez anos, receberam subvenções pela primeira vez. Muitas delas estavam excluídas das subvenções da Câmara Municipal com a gestão da CDU. Portanto, o Movimento Associativo tem que ser tratado todo de forma igual e temos que ter equidade naquilo que fazemos. O ponto número dois, já foi hoje aqui trazido, tem a ver com as AUGI – Áreas Urbanas de Génesis Ilegal, na Freguesia em Almada e em particular na Freguesia da Charneca de Caparica Sobreda. Foi criado e muito bem, uma Divisão na Câmara Municipal de Almada, para tratar de forma objetiva aquilo que são assuntos importantes que é o caso das AUGI, dar prioridade a assuntos importantes da vida das pessoas, onde temos territórios da Charneca de Caparica e em particular na Sobreda, como a Quinta do Guarda Mor, a Quinta do Juncal, a Quinta da Adegas, a Quinta do Perfume, onde centenas e centenas de munícipes não têm acesso ao saneamento básico. A estradas, a passeios, vivem praticamente no terceiro mundo. E isto é uma herança deixada pela CDU em Almada. E isto não é uma questão política nem ideológica, trata-se de uma questão de incompetência absoluta. Isto é incompetência, não tem nada a ver com questões ideológicas, é incompetência, não sabem fazer. Penso que a Divisão pode dar resposta e vai dar resposta de certeza, a questões importantes e a população está ao nosso lado nesta luta e nesta batalha. Terceira questão.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Foi aqui trazido pelo Senhor Deputado Municipal João Galdes a Linha de Muito Alta Tensão na Charneca de Caparica. Eu não sei o que é que vai acontecer, mas garanto-lhe uma coisa. A Estrada 377 vai ser toda requalificada, mais uma situação que os Senhores quase em vinte anos, porque a estrada passou em 2001 para a Câmara Municipal, em vinte anos não tiveram capacidade para resolver, nem requalificaram a estrada, não fizeram nada. Incompetência absoluta. Dezoito anos para fazer nada, zero. Os Senhores fizeram zero. Porque o seu problema não a LMAT - Linha de Muito Alta Tensão, é a requalificação da estrada que os Senhores não conseguiram fazer, mas nós vamos fazê-la, pode ter a certeza. Quarta questão. Mais uma vez um grande evento em Almada, o Ice Parque na Sobreda. O Ice Parque, um evento importante, onde muitas famílias usufruíram durante um mês, de um conjunto de equipamento que nunca houve no Concelho de Almada, estão sedeados na Sobreda, passaram por lá 25.000 (vinte cinco mil) pessoas, do nosso território e de outros, mas muita gente do nosso território, e que valorizaram muito aquilo que foi ali feito. Dizer-vos também, que temos um programa para 2019, até dezembro, e estima-se que passem por lá 100.000 (cem mil) pessoas naquele espaço. Portanto é um evento único em Almada, único provavelmente aqui na zona. Para terminar. Ontem vieram aqui uns senhores dirigentes associativos, relativamente à questão da gaiola, que está lá sedeada, e que há um conjunto de praticantes que foram impedidos pela instalação do Ice Parque, de fazer os seus treinos, etc. Nós vamos e estamos a procurar com a Câmara Municipal de Almada, encontrar uma solução para transferir a gaiola para outro sítio, para também valorizar aquele espaço, não vamos destruir aquele círculo onde está a atual gaiola, pode haver aquecimentos, pode ser feito o lançamento do peso, vamos lá instalar também uma caixa de saltos que não existe, também para poderem ali fazer saltos, e vamos colocar a gaiola noutra sítio para que ela possa ser utilizada e que o Ice Parque e as coletividades que têm este desporto, o lançamento do peso, o dardo e outros, possam também fazer os seus treinos e a sua atividade. Mas, o que me parece aqui mais importante, que não foi dito aqui ontem, porque a Bancada do PS não teve tempo, é que esta gaiola, que está há muitos anos num sítio, os atletas treinam á noite, mas não têm luz. O terreno é irregular, é um baldio, com altos e baixos, eu não sei como é possível durante tantos anos estas coletividades não exigirem à Câmara Municipal porque aquilo não tem condições. Falam em Torneios internacionais, regionais, eu não sei como é que é possível realizar uma coisa destas ali. Tenho muitas dúvidas. Eu falei com dois atletas há pouco tempo, como aquilo não tem luz e é um espaço onde muita gente passeia canídeos, tem muitos dejetos dos animais. Então, quando mandam o martelo e o peso, normalmente quando pegam naquilo vêm outras coisas atrás. Portanto, estas são as condições que foram herdadas da gestão CDU, sobre a gaiola. Ontem vieram aqui pedir uma coisa, sim senhor, vamos procurar melhorar o espaço, mas já cá deviam ter vindo há uns anos atrás dizer à Câmara Municipal, isto não serve, isto não serve, este equipamento não serve. Não tem luz, não tem condições, não serve. Portanto, parece-me que houve aqui um excesso, mas vamos procurar com a Câmara Municipal de Almada, responder àquilo que é o trabalho das coletividades, dos atletas, procurar valorizar o seu trabalho e vamos criar mais condições do que aquelas que eram dadas.”



**6.3.2.6 – O Senhor Deputado Municipal Luís Palma (CDU):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Vereadora Teodolinda Silveira, Presidente da Câmara Municipal em exercício. Ninguém nega a extraordinária importância que a atividade desenvolvida pelo Movimento Associativo Popular representa no quadro do desenvolvimento cultural, desportivo e cívico dos cidadãos. Os valores identitários da solidariedade, da amizade, da cooperação e da paz entre todos os Homens que, em geral, o movimento associativo almadense incorpora, constituem a um tempo fatores fundamentais do progresso e desenvolvimento do conhecimento e do saber dos cidadãos, mas também um património de extraordinária riqueza e importância, que projetando no presente a experiência adquirida num passado de luta e intervenção, prepara mais solidamente um futuro que todos pretendemos mais justo, mais fraterno e mais desenvolvido. Entendemos que o apoio público municipal ao desenvolvimento dos planos de atividades das inúmeras associações, clubes, instituições particulares de solidariedade social e outras entidades associativas culturais, desportivas e recreativas, constitui não apenas uma obrigação do Município, a entidade pública mais vocacionada e melhor colocada para promover esta atividade, mas um ato de profunda justiça para com milhares de cidadãos que de forma voluntária e sem qualquer interesse pessoal, colocam ao serviço do progresso e desenvolvimento da comunidade a que pertencem a sua capacidade criativa. Tendo presente a atribuição de apoios municipais no âmbito da segunda fase das candidaturas ao Regulamento Municipal de Apoio ao Movimento Associativo, anunciadas e entregues em Dezembro passado, que de acordo a proposta aprovada pela Câmara Municipal envolveu 220 candidaturas, das quais 89 não foram consideradas por se tratar de repetições ou não cumprirem os requisitos do Regulamento, e 72 obtiveram apoios, ainda que na grande maioria dos casos em montantes reduzidos em relação a anos anteriores, os eleitos pela CDU na Assembleia Municipal de Almada, perguntam: Por que razão optou o executivo municipal, pela diminuição, em alguns casos drástica, dos apoios concedidos ao Movimento Associativo Popular de Almada, ainda que afirme na proposta aprovada em reunião da Câmara Municipal que “a identidade de Almada tem muito fundamento no associativismo popular, sendo um património, uma herança, uma vivência e um presente absolutamente insubstituível”, que o “Concelho de Almada é rico, protagoniza e afirma-se diariamente pelo trabalho desenvolvido pelo movimento associativo” e que o “Movimento Associativo é um dos elementos mais marcantes da história e da vida de Almada desde o Século XIX”? Por que motivo 61 das 220 candidaturas apresentadas não são sequer mencionadas na proposta de apoios aprovada, desconhecendo-se por isso que destino tiveram essas candidaturas?

**6.3.2.7 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

O CDS-PP vem deixar aqui algumas considerações naquilo que tem a ver com este ponto que estamos aqui a discutir que é relativamente à atividade municipal. E relembra também que o que já foi aqui falado, e o CDS-PP, também visitou há poucos dias, a Escola Secundária Fernão Mendes Pinto, e uma das questões que tem diretamente a ver e da responsabilidade da Câmara Municipal, outras com certeza mais tarde a Câmara Municipal virá a ter, mas as questões que têm a ver com a sinalização e com a proteção ao nível da Segurança Rodoviária. O CDS-PP, deixa aqui um alerta relativamente a essa matéria, e o mesmo alerta relativamente aos acessos à Escola do Monte de Caparica, e, portanto, frisa aqui aquilo que já foi aqui falado. De qualquer forma, não nos podemos esquecer, que quer a Escola do Monte de Caparica, quer a Escola Fernão Mendes Pinto, não apareceram agora, nem apareceram há dois anos, e estes mesmos problemas também não apareceram há dois anos. Portanto, são problemas que já vêm de trás, mas que efetivamente não estão resolvidos, e, portanto, seria de bom tom que este mesmo novo Executivo pudesse então finalmente dar uma resolução aquele problema que afeta a Escola Secundária Fernão Mendes Pinto e também os acessos na Escola do Monte de Caparica. Depois também questões que têm a ver com mobilidade e com a requalificação do espaço público. O CDS-PP, gostaria que a Câmara Municipal faça o ponto da situação relativamente ao investimento que está previsto para toda essa requalificação, e visto também que é necessária a requalificação por todo o Concelho, visto que foram situações deixadas ao longo de anos, e já foi aqui referido a falta de passeios, da falta de acessos, sinalização, e que portanto, está devidamente em falta no Concelho e que é necessário para que os almadenses possam ter uma mobilidade e uma acessibilidade totalmente em segurança. Ainda nesta mesma matéria, que tem a ver com os assuntos das acessibilidades, e eu não me queria aqui alongar muito nesta mesma matéria, até porque esta matéria está a ser tratada e muito bem pela 6ª Comissão Permanente, mas lembrar que foi anunciado, salvo erro, a semana passada, os navios que tanta falta fazem e tão necessários são, para que possamos ter no nosso dia a dia a travessia do Rio Tejo. Isto como é evidente obedece a alguns critérios, obedece a alguns procedimentos, e não podemos esquecer que existe também um barco que faz a travessia entre esta mesma localidade onde aqui estamos e Belém e o Porto Brandão, que parece que não vem mencionado nessa mesma apresentação. Mas como digo, eu não queria aflorar aqui, deixo apenas esta ressalva, a 6ª Comissão Permanente brevemente irá reunir com a Senhora Presidente da Câmara Municipal, tem outras reuniões agendadas também com outras entidades, para que esta matéria seja de forma serena esclarecida para bem de todas as populações. Gostaria também de chamar atenção para os carregadores de bateria que estão no parque de estacionamento da Praia da Rainha, que estão algo degradados e deixo aqui o alerta relativamente à necessidade dessa intervenção. Depois também é mencionado aqui neste Relatório de Atividades, um ponto que gostaria também de obter alguma informação onde diz: “desenvolveu parceria com a Marinha Portuguesa, para um programa de dinamização cultural permanente na zona Ribeirinha de Cacilhas”, que nós entendemos que é bastante interessante, e que poderíamos ter aqui mais informação quer para nós, quer para os munícipes. Em relação aquilo que foi referido pelo Senhor Vereador Nuno Matias, saudar a intervenção que tem vindo a ser feita no



Parque da Paz, e não deixar de relembrar, com certeza que não será esquecido, condições para que as crianças com deficiência, condições em termos de equipamento adaptado possa também vir a ser instalado nesse mesmo parque. Depois, penso que ainda não são conhecidos estes novos elementos que vão estar ao serviço da população ao nível de outro equipamento, mas o CDS-PP a seu tempo também fará com certeza e entregará ao Senhor Vereador e à Câmara Municipal, algumas propostas que tem para dinamização desse mesmo espaço. Ainda em relação ao que foi referido também pelo Senhor Vereador Miguel Salvado, o Museu da Água, gostaríamos de saber em que pé é que está, e em que medida é que o mesmo contribui para a Cidade. Não poderia terminar sem, embora não tenha diretamente a ver com a atividade municipal, mas penso que é uma situação que deixa todos os almadenses satisfeitos apesar das condições, de muito que há para fazer no Serviço Nacional de Saúde, relembrar que o Hospital Garcia de Orta recebeu mais uma distinção por parte do INFARMED, e quero aqui saudar todos os profissionais de saúde do Hospital Garcia de Orta, corpo clínico, restantes colaboradores e como é evidente o Conselho de Administração do mesmo Hospital. Mesmo para terminar, eu gostaria de dizer ao Senhor Presidente da União de Freguesias Charneca de Caparica Sobreda, bem-vindo Senhor Presidente, nomeadamente relativamente àquela pista de gelo, aquela proposta apresentada pelo CDS-PP há dois anos atrás e tanta celeuma deu, e que de forma jocosa inclusivamente, é bom ver que efetivamente há muitos milhares de cidadãos que usam, e traz efetivamente uma boa dinâmica para as populações.”

**6.3.2.8 – O Senhor Deputado Municipal Carlos Revés (CDU):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Considerando a intenção expressa pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, em deslocalizar o Terminal da Transtejo em Cacilhas do local onde se encontra para junto do Clube Náutico, perguntamos para quando esta deslocalização está prevista, aliás, no âmbito da requalificação do Largo Alfredo Diniz. Em função desta realidade, tal deslocalização poderá implicar alterações profundas à instalação e funcionamento do Clube Náutico naquele local. Pelo que, e considerando a importância daquele Clube, perguntamos à Senhora Presidente em exercício se nos pode informar quais as perspetivas que o Executivo Municipal tem para a resolução deste problema? Existem ou já existiram diligências junto do Clube Náutico no sentido de encontrar soluções?”

**6.3.2.9 – O Senhor Deputado Municipal André Macedo (PS):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Tentarei ser sucinto, mas gostaria de facto, de ressaltar aqui a nova campanha que teve início no mês passado, por parte da Câmara Municipal, uma campanha que visa à semelhança de outras campanhas que já foram feitas o ano passado, e dessas até gostaria de destacar a que combate a desigualdade salarial entre homens e



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

mulheres, e também contra o abandono dos animais, no fim do ano passado, mas esta campanha é particularmente especial, de facto, estamos a falar de uma campanha de sensibilização relativamente à área da higiene urbana e limpeza, estou a falar da campanha “Almada é a tua Casa”. De facto, este é um Concelho como a maioria das grandes Cidades na Europa e no mundo, que enfrenta problemas de recolha de resíduos e de acumulação de resíduos, é preciso dizê-lo, e nesse aspeto esta campanha visa recomendar à população uma série de orientações que facilitam o trabalho dos profissionais que recolhem o lixo durante a noite, neste caso, a questão de serem definidas horas e isto ser tudo um regime facultativo, porque há cidades até que optam por ter regras muito restritas relativamente a este aspeto, mas de facto, foram dadas recomendações e aconselhamento em termos das horas que se deve depositar estes resíduos, e também advertir as pessoas, que de facto estes resíduos, não devem ficar à volta dos contentores, devem ser depositados dentro dos contentores, isto é algo que deve de facto merecer a saudação da bancada do Partido Socialista à Câmara Municipal, porque a política de limpeza urbana neste Concelho, nos últimos quarenta anos, foi muito fraca. E de facto, muitos dos problemas que foram enfrentados o ano passado, se deve à gestão da CDU, nos últimos quarenta anos. E eu aí até posso ligar para o ponto que queria falar a seguir, de facto “Almada Mais Limpa” é responsabilidade de todos, mas também é responsabilidade de quem governa. E neste aspeto, também é preciso saudar, que a Câmara Municipal, acaba de adquirir oito novas viaturas para a recolha de resíduos urbanos, estes novos oito equipamentos, são equipamentos que visam melhorar o sistema de recolha de lixo em Almada. De facto, o ano passado, surgiram alguns problemas identificados muito facilmente com vários equipamentos obsoletos que foram herdados do Executivo da CDU anterior, e que neste aspeto provocaram sérios problemas nestas operações. E ainda para mais, também é preciso dizê-lo, coincidiu também com problemas com algumas Juntas de Freguesia, nomeadamente a de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, também ela da CDU, que de facto, também teve problemas na recolha de monos e continua a tê-los, muitas vezes são os equipamentos da Câmara Municipal que dão apoio nessa atividade. E, portanto, eu gostaria de ressaltar, que finalmente é feito algum investimento nestes equipamentos para que se melhore esta operação, e neste aspeto, é de esperar que este ano, esta atividade decorra de uma forma mais eficiente, sem termos menos perturbações, todos sabemos o verão é uma altura complicada, mas de facto, o juntar tudo o que é o contributo que nós como munícipes podemos dar, mas também o que é o bom investimento que a Câmara Municipal faz em equipamentos que melhorem a higiene da nossa Cidade é de saudar. E, portanto, espero que nos próximos anos, continuemos a apostar neste tipo de política.”

### **6.3.2.10 – O Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes (Ind):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Tem sido muito interessante e enriquecedor assistir a este constante pingue pongue entre a CDU e o PS, o PS e a CDU tem sido verdadeiramente enriquecedor. Não tem obviamente, eu estou a ser irónico, e isto não nos leva



absolutamente a lado nenhum, a não ser à degradação da vida política no nosso Concelho e à degradação do que acontece nesta Assembleia Municipal, que é o Órgão fiscalizador da ação da Câmara Municipal entre outras coisas. Eu tenho muita dificuldade em vir aqui agora, eu tenho uma série de questões para colocar, tenho uma série de questões para levantar, mas sei que uma boa parte delas não será respondida, porque objetivamente não vai haver tempo, não há condições, não há matéria que se extraia daqui, que nós possamos dizer o tempo que aqui investimos tem alguma coisa a ver com aquilo para a qual nós nos propusemos e que quando tomamos posse, juramos cumprir com lealdade, etc., etc., etc.

Então vamos por partes. Eu sou um utilizador frequente da aplicação “Almada Mais Perto”. Utilizo muitas vezes, entendo que, em vez de vir aqui ocupar tempo com questões que eu vejo e com as quais me deparo no dia a dia, resolvo através da aplicação. Eu vejo no Relatório da Atividade Municipal, na página nove, os dados dos atendimentos no contact center e os dados da aplicação “Almada Mais Perto”, dizem que nos três meses que estamos a apreciar, novembro, dezembro e janeiro, houve 340 (trezentos e quarenta) contactos através da aplicação. Era bom, que esta informação fosse um pouco mais esmiuçada. Ou seja, destas trezentas e quarenta, o que é que cada uma delas dizia respeito, porque até a própria aplicação está organizada por assuntos. Isto dá cento e treze ocorrências por mês, portanto, com a dimensão que o nosso Concelho tem, e com setenta e cinco mil habitantes, é uma utilização que duvido que pague o investimento na aplicação, ou que haja um retorno efetivo daquilo que deve ser um instrumento que deve ser posto à disposição das populações. Mas causa mais estranheza ainda quando há duas semanas, numa rua na zona das Barrocas, na rua das Meloas, registei um atravessamento entre dois edifícios que estão fechados e devolutos, cheio de lixo e onde vi a presença de duas ratazanas. Reportei a situação e esta semana recebi um email, a dizer que a situação estava resolvida. Como é na minha rua ou na rua por baixo onde eu moro eu saí de casa e fui ver. Não; não está nada resolvido, está exatamente igual como estava no dia em que lá passei e no dia em que fiz o registo e em que enviei a aplicação do que ali se passa. Não é caso único, e se fosse eu nem entraria aqui, mas já me aconteceu mais vezes. Este caso em concreto aconteceu esta semana. Eu ontem levantei aqui questões relacionadas com a prevenção e combate à violência doméstica e de género. Na página cento e cinquenta e um do Relatório, no item correspondente ao que eu acabei de dizer, vem a atividade desenvolvida neste trimestre pelo Executivo: “Participação na Formação “Almada Comunica Igualdade”, Acompanhamento do Grupo Concelhio de Combate à Violência Diagnóstica e do Género para diagnóstico contínuo do Observatório; Levantamento de necessidades formativas”. As perguntas que fiz ontem não tiveram resposta, portanto, eu faço-as hoje. Em que ponto é que estamos da aplicação do Plano Municipal para a Promoção de Igualdade de Género, O Fórum Municipal para a Igualdade de Género, funcionou desde 2014, quantos vezes? Senão funcionou, porquê? Se funcionou poucas vezes, porquê? O Senhor Deputado Municipal Artur Alfama, trouxe aqui uma questão relacionada com o que vem dito no Relatório sobre a suspensão da utilização de vinagre. No dia 2 de janeiro de 2019, foi adjudicado e foi publicado no site base.gov.pt, uma aquisição de herbicida sistémico com a empresa EXACHEM Soluções



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Químicas no valor de 11.113,50€ (onze mil cento e treze euros e cinquenta cêntimos) com IVA. Não é o valor que está aqui em causa, o que está aqui em causa é o compromisso de abandonar o uso do glifosato até ao final de 2019. O fim do uso do vinagre colocado e muito bem pelo Senhor Deputado Municipal Artur Alfama, e isto o que é que é dito é herbicida de ação sistémica foi o que foi comprado, que tipo de herbicida e qual é o princípio ativo desse herbicida? Em relação à habitação. Eu acompanhei e felizmente finalmente as Sessões de Câmara são transmitidas em direto e ficam disponíveis para depois possível consulta, saúdo isso entusiasticamente, e acompanhei a sessão e ouvi com muita atenção a questão levantada pelos Senhores Vereadores da CDU, sobre a rua Catarina Eufémia, Mestre Romualdo, as ruas que são conhecidas como as pertencentes à Mútua dos Bacalhoeiros. Ouvi com muita atenção a resposta dada pela Senhora Presidente em exercício, Senhora Vereadora Teodolinda Silveira, a Senhora disse e passo a citar: “se houver situações sociais graves no decurso deste processo, teremos um olhar atento”. Neste momento Senhora Presidente em exercício, há pelo menos duas situações sociais graves a acontecer naquela rua. Duas famílias que vivem em duas daquelas habitações que têm até 31 de março para abandonar as suas habitações. Estão com uma ordem de despejo. A situação na habitação no nosso Município, na situação em que está, portanto, eu a questão que lhe coloco Senhora Presidente em exercício, é dividida em duas, em que ponto é que estamos no levantamento da habitação que está a ser feito? Quando é que vai ser apresentado? Porque já todos percebemos que o Regulamento para atribuição de habitação já está para consulta, mas e o levantamento? Não vai estar para consulta pública, mas para nós é um instrumento importantíssimo, mas é preciso sabermos quando é que estará disponível. Em relação à rua da Mútua dos Bacalhoeiros, um desses casais está inscrito desde 2014, que pediu para lhes ser atribuída uma habitação, têm dois filhos, na altura um deles nem era nascido, uma criança com treze anos e outra com três anos, e esta é uma situação social premente, eu tenho os dados das pessoas, Senhora Presidente em exercício, espero que faça jus às palavras que proferiu na reunião de Câmara, uma dessas pessoas está neste momento nesta Assembleia e portanto, seria de todo interessante que pudéssemos sair daqui pelo menos com alguma solução para a vida destas pessoas.”

**6.3.2.11** – O Senhor Deputado Municipal José Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas uma breve questão relacionada com a Informação sobre a Atividade Municipal e que tem a ver com a Escola Santa Maria na Charneca de Caparica. Aquilo que nos apercebemos e corrija-me se estiver enganado, esta Escola foi entregue à Câmara Municipal, a verdade é que esta Escola continua fechada, nós gostaríamos de ser elucidados sobre os porquês desta situação. Apenas para pedir esclarecimento em relação a esta situação.”

**6.3.2.12** – A Senhora Presidente da Câmara Municipal substituta, Vereadora Teodolinda Silveira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



Começaria por perguntas que se cruzam. A primeira intervenção da Senhora Deputada Municipal Eva Gomes, prende-se com a questão, de novo, do Ponto de Encontro. Eu relativamente às suas perguntas, devo dizer-lhe e de uma forma muito clara, claríssima, não há incompatibilidade. Era essa a resposta que iria dar ao Senhor Deputado Municipal João Galdes, não incompatibilidade. O protocolo diz que é cedência gratuita, tal e qual como para os outros. É uma cedência gratuita, não diz que é cedência exclusiva. Não há qualquer incompatibilidade. Aquilo que diz o protocolo é que há uma cedência gratuita. Há uma cedência gratuita e não uma cedência exclusiva. Portanto, é cedido gratuitamente, tal e qual como foi cedido a todos os outros até aqui gratuitamente. Não há exclusividade para ninguém. E, portanto, serão todos tratados de forma a lá poderem estar e a desenvolverem a sua atividade, não há aqui nenhuma incompatibilidade, e a minha resposta relativamente ao resto foi clara. A atividade vai continuar a ser a mesma, há de facto um trabalho que tem que ser feito, quando se colocar a questão, tem de ser feito, e tem que ser feito um encontro de tempos, de atores e de equipamentos. Eu disse isto, isto é claro, penso que não tem duas leituras. Há que gerir espaços, tempos, até porque a necessidade de ocupação para ensaios não será muito coincidente. Portanto, essa gestão tem que ser feita com calma, serenidade, não há, que é aquilo que quero deixar aqui claro, não há nenhuma incompatibilidade entre aquilo que eu disse e aquilo que está escrito no protocolo. Relativamente a isto há outra pergunta um pouco mais à frente, eu lá voltarei para ver se tem alguma coisa mais a acrescentar. Depois relativamente às questões que têm a ver com o glifosato e que tem a ver também com a questão que foi colocada mais adiante, é evidente que há um compromisso do Município de terminar com o glifosato durante o ano de 2019. E vamos fazê-lo. Sabemos que o vinagre e o sal são processos que não resultam, que não têm consequências, não têm as consequências negativas, mas também não têm as consequências em termos da produção dos efeitos, estamos já estudar no Departamento que está sob a minha alçada, as questões da monda térmica e da monda manual, que são aquelas que nos restam quando o glifosato tiver que ser completamente afastado. Eu costumo dizer quando estou a discutir e no momento em que discuti estas matérias, que vamos ter um Concelho muito ecológico, cheio de verde, porque será muito difícil, não utilizando qualquer princípio ativo que seja prejudicial ao ambiente, com monda térmica ou com monda manual, resolver o problema de um Concelho, nomeadamente as Freguesias da Charneca de Caparica e da Sobreda, onde sabemos que há imensas áreas que têm que ser limpas e que não vão ter a eficácia que até aqui tinham. Mas tem que ser, são regras, e serão cumpridas. Relativamente ao Senhor Deputado Municipal João Galdes, aquilo que lhe posso dizer, é que relativamente à Linha de Muito Alta tensão, está na Administração Central para autorização, aguardando o parecer final da REN – Redes Energéticas Nacionais. Portanto, é o estado em que está, e penso que esta informação não há muito tempo que foi dada. A intervenção da melhoria da Fernão Mendes Pinto, depois passarei ao Vereador Miguel Salvado. Relativamente aos realojamentos. A diferença nos números tem a ver com o facto de ter havido realojamentos e mudanças de fogos por inadequabilidade aos agregados. E, portanto, pode haver aí alguma diferença, mas no total foram realojadas seis famílias. Podem algumas ter sido decorrente



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

de troca de fogos. Relativamente ao Senhor Deputado Municipal Pedro Celestino, e voltamos à questão do Ponto de Encontro, quem vai ter que ter esta gestão é a Divisão de Juventude, dizer-lhe que os seis técnicos que lá estão, estão a trabalhar num contexto de normalidade funcional, na política da juventude com toda a serenidade. Saliento que foram seis que substituíram treze pessoas que durante dez anos saíram por diversíssimas razões daquele espaço, e que se conseguiu colocar estes seis funcionários, para que efetivamente aquele equipamento pudesse funcionar, e está a funcionar na sua normalidade. Era para fechar, mas não fechou. Relativamente ao Senhor Deputado Municipal Luís Palma. Eu quero-lhe dizer uma coisa, eu não lhe dou lições de diálogo e de respeito, mas também não as recebo. Não dou, mas também não as recebo. A importância que eu dou ao Movimento Associativo e já me ouviu dizer isto em sessões e iniciativas públicas, é de que o Concelho de Almada não seria o mesmo se não tivesse as associações que tem. Já me ouviu dizer isto. Eu sei onde e posso-lhe lembrar no fim. Portanto, não lhe dou lições nesta matéria, mas também não as recebo. E é a única coisa que digo relativamente a isto. Quanto às candidaturas. A questão que se coloca é: há candidaturas que nem sequer conseguiram ser elegíveis, e, portanto, não foram beneficiadas, nem deixaram de ser, porque não estavam no quadro da elegibilidade, e das outras há aquelas que foram beneficiadas e as que não foram. Mas a propósito de respeito, eu vou-lhe só dizer uma coisa muito pequenina. Quando eu cheguei àquele departamento, existiam candidaturas de catorze, quinze e dezasseis, a quem ninguém tinha respondido nada. Estavam lá. Algumas ainda eu respondi. Portanto, não sei porquê esta persistência na falta de respeito, na falta de diálogo, na falta de tudo. Não. Existe respeito Senhor Deputado Municipal Luís Palma, existe diálogo e existe a vontade de melhorar procedimentos, não tenha dúvidas nenhuma que eles podem ser melhorados, mas foi até aqui possível fazer o que já se fez. E continuaremos, eu posso-lhe garantir, até porque o pelouro é meu, posso lhe garantir que eles continuarão a ser aperfeiçoados e chegaremos a uma fase em que tudo será completamente transparente, em que as associações saberão o que é que têm que fazer, porque elas não chegam sequer à elegibilidade porque não cumprem critérios de elegibilidade, e se calhar com muita pena às vezes projetos que poderiam ser muito bem aproveitados, simplesmente Lei é Lei e, portanto, quando é Lei é igual para todos. Relativamente ao Senhor Deputado Municipal Carlos Revés, que aludiu às questões de Cacilhas. A questão de Cacilhas está também na Secretaria de Estado, no Estado Central, porque há necessidade de ocupação de um espaço que pertence à Margueira. Há já diálogo com o Clube Naval, o projeto de requalificação de Cacilhas está feito ou praticamente feito, mas não pode vir à luz do dia enquanto não houver autorização que permita que tudo aquilo que é decorrente desse projeto possa ser feito. Portanto, a única coisa que lhe posso dizer é isto. Tendo já o acordo da Baía do Tejo, que enfim, nesta matéria tem menos influência, mas pelo menos não vai fazer obstrução. Relativamente ao Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes. Tem toda a razão. Tem toda a razão. “Almada Mais Perto” é uma aplicação que não cumpre os seus objetivos. Nós não estamos a avaliar, nós já avaliamos e já concluímos que não serve. É um investimento que lá está e estava pago à cabeça e, portanto, vamos durante este tempo estudar, já estamos a estudar e já temos uma opção, que é a solução



multicanal e que vamos aplicar logo que seja possível aplicá-la em pleno e, portanto, esta vigorará, mas tem toda a razão, não funciona. O fim do glifosato, penso que já lhe respondi. Quanto à questão da habitação e do Bairro dos Bacalhoeiros. Aquilo que lhe disse é verdade, qualquer pessoa na Cidade de Almada ou no Concelho de Almada, que seja despejado, se nós Município soubermos, temos que ter uma intervenção, seja pela Segurança Social, seja por nós se tivermos hipótese, seja pela Segurança Social, pelo acionamento da porta 144, tem que ter uma solução. E, portanto, nós, ainda não há muito tempo, tivemos um caso e resolveu-se, não se resolveu em Almada, porque não temos casas, havemos de ter, se Deus Nosso Senhor quiser daqui a pouco tempo, mas enquanto não tivermos, vamos ter outros mecanismos que temos. Não podemos é deixar as pessoas na rua e não o faremos. E olharemos com um olhar muito atento, e dentro de todas as nossas possibilidades, que é minha convicção, depois de conhecer já uma parte do Relatório e aproveito para lhe responder já, o levantamento que está em fase de análise do relatório final, e do qual daremos conta obviamente não só em sessão de Câmara como foi prometido aliás, e a esta Assembleia Municipal, que iremos ter se calhar mais fogos para poder responder às situações graves que temos e que todos os dias nos afligem. Relativamente ao Senhor Deputado Municipal José Rocha. A Escola Santa Maria foi entregue há muito pouco tempo, vai ser entregue à direção da Escola no dia sete de março, e terá a sua inauguração oficial no dia onze de março. Portanto, o dia foi escolhido por ser a seguir ao Carnaval e permitir um momento de pausa para poder fazer a mudança que não é fácil. Eu já vivi esta situação no mesmo Agrupamento com a Escola Básica Louro Artur, não é fácil fazer durante um ano letivo a mudança de crianças e de rotinas e de tudo, de uma Escola para outra, mas para não demorar mais a Escola foi entregue, o Carnaval acontece e terá um prazo para que a Escola se possa movimentar sem ter os miúdos todos por perto, e no dia onze está prevista a sua inauguração oficial.”

**6.3.2.13 – O Senhor Vereador Miguel Salvado:**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A intervenção junto à Escola Fernão Mendes Pinto, na zona da Manuel Parada e da Luís Pimentel, naturalmente já faz parte desse plano, que é um plano até um pouco mais alargado, porque não é só a Fernão Mendes Pinto, mas há outras escolas que também têm necessidade de intervenção, mas na Fernão Mendes Pinto sim, esta é uma primeira intervenção naquele cruzamento que se torna muito complicado também para quem lá circula, dando informação que a rua Cidade de Ostrava, foi alvo de uma inspeção por parte dos SMAS, uma inspeção filmada, técnica, e nós vamos ter que intervir naquela rua porque há ali alguns problemas ao nível do saneamento e vai ser uma obra mais complexa do que inicialmente se previa, mas devido ao estado da rede de saneamentos vamos ter que intervir, e depois naturalmente iremos pavimentar neste caso toda a estrada, mas tem que haver ali uma intervenção de mais profundidade e que está neste momento a ser preparada pelos serviços.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Para terminar, o Museu. Aquilo que foi feito, foi um protocolo com a Faculdade de Arquitetura de Lisboa, em que demos oportunidade a jovens arquitetos, muitos deles também já em Mestrado, outros recém-licenciados e outros a finalizar a sua licenciatura em arquitetura, que se organizaram por grupos e que vão desenvolver uma série de ideias para aquele espaço dos Reservatórios do Pragal. Depois dessas ideias chegarem a nós, haverá um grupo alargado, serão apresentadas, haverá um grupo alargado que servirá também como júri, que não será só a Câmara Municipal, nem os SMAS, terá também a participação neste caso, do Santuário do Cristo Rei, e mais uma ou outra pessoa de reconhecido mérito na área em Almada, para que depois possamos então passar a um projeto e mais tarde naturalmente à concretização dele, desse Museu, porque achamos que é muito importante haver em Almada um Museu que fale da água, que explique todo o percurso até hoje que foi feito pelo serviço e acima de tudo também inserido numa lógica de reabilitação, de modernização e de alavancar toda aquela zona da Avenida do Cristo Rei, porque como sabem está a ser estudado já, e vai para projeto agora a requalificação de toda a Avenida do Cristo Rei, e este projeto é mais um meio de atrair as pessoas para aquele local, aproveitar também os milhares e milhares de visitantes que vão ao Santuário, para que possam também ter ali mais uma oportunidade e mais um outro sítio que possam visitar, e também dar a conhecer naturalmente aquilo que os SMAS são, aquilo que os SMAS foram e fazem e que serão também no futuro e aquilo que é o nosso circuito urbano da água.”

### **6.3.2.14 – A Senhora Deputada Municipal Débora Rodrigues (PS):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente à Cultura, gostaria de saudar aqui a Câmara Municipal pela programação do Natal passado, em particular o “Feliz Almada”. Esta iniciativa trouxe para Almada alguns artistas bastante conhecidos, como ontem aqui foi referido, também é importante que Almada receba artistas do país que cá venham atuar, não obstante a riqueza que temos dos artistas do próprio Concelho, e também é importante trazer pessoas de fora de Almada para assistir a este tipo de eventos. É sempre bom, trazer nomes como Ricardo Araújo Pereira, Hermano José, Rui Unas, Capitão Fausto, etc., e é sempre bom também ver Almada nas revistas como o Nit ou o Time Out, que valorizam este tipo de eventos e sabe sempre bem reconhecer o Município neste tipo de publicidade. Relativamente à habitação, porque ontem não tivemos oportunidade de abordar novamente esse tema, eu gostaria de saudar a Câmara Municipal de Almada, pelas medidas sérias que constam desta Informação sobre a Atividade Municipal, particularmente os passos que já foram dados em concreto, quanto a dois programas que já existem no âmbito da habitação o “1º Direito” e a “Porta de Entrada”. Aí é sempre importante ler nestas informações municipais, que de facto este Executivo Camarário já está a fazer alguma coisa. É obvio que não se fará tudo o que não se fez durante os últimos anos, mas é importante fazer-se de facto alguma coisa, e com a rapidez que este Executivo Camarário já está a demonstrar, designadamente já no levantamento e sistematização da informação necessária, à concretização destes dois programas. E deixem-me dizer-vos



também, que é preocupante que ontem a CDU se tenha limitado a criticar a moção porque ela espelhava o mesmo entendimento de um ex-presidente do Conselho Diretivo do IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação urbana, quando na verdade nem sequer justificou ou tentou exemplificar medidas que tenham tomado no âmbito da habitação nos últimos anos. E isso para mim é que é preocupante. A vossa preocupação, a preocupação da CDU, devia ser sim, nas coisas que não fizeram, e devia de ser também no facto de que para além do Partido Socialista e para além dos outros Partidos que aqui ontem concordaram connosco, há um Presidente de um dos Institutos que lida com estes assuntos e que lida com todos os Municípios do país, que reconhecem a péssima gestão comunista que fez na área da habitação, e é isso que vos devia preocupar, mais do que vos preocupar, se o nosso entendimento é igual ou não ao do Dr. Vítor Reis, devia-vos preocupar de facto, é que ele é mesmo igual ao Dr. Vítor Reis, e o ex-presidente do IHRU, trabalhou com muitos Municípios e trabalhou com muitos programas, e vocês, Executivo da CDU, nos últimos anos, foram incapazes de fazer um acordo sério com o IHRU para resolver o problema.”

**6.3.2.15 – O Senhor Deputado Municipal Luís Palma (CDU):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Só para esclarecer e tranquilizar a Senhora Presidente em exercício, de que naturalmente, quando me referi à questão do diálogo e do respeito, obviamente que não julgaria que a Senhora entenderia como a medida da carapuça, porque penso que não lhe serve. E, portanto, relativamente a isso, apenas deixá-la tranquila porque a si não lhe servirá certamente, mas as palavras não são minhas, são de quem aqui ontem se dirigiu e também noutros espaços de participação, que se têm referido relativamente a este assunto. E, portanto, tranquilizá-la porque de facto, se bem entendeu as minhas palavras, se quiser entender, como perceberá qual era o sentido delas mesmo. E depois dizer-lhe também já agora, que ficamos uma vez mais como quem aqui ontem se dirigiu, ficamos uma vez mais sem resposta concreta relativamente a algumas das questões que apresentamos.”

**6.3.2.16 – O Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes (Ind):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Uma questão muito concreta, até porque tem a ver com o que a Senhora Presidente em exercício aqui disse, colocando nas mãos de Deus a solução de qualquer problema, mas não, eu percebo a sua expressão, mas vamos então ser muito pragmáticos e dar a César o que é de César e a Deus o que é de Deus. Tomemos nós nas nossas mãos aquilo que pode ter solução. Senhora Presidente em exercício, eu não vou e creio que nenhum de nós pode descansar e ficar à espera que uma família seja despejada para depois agirmos. Eu estou aqui a sinalizar dois casos, que vão ao encontro não só do que a Senhora Presidente em exercício disse na reunião de Câmara, com o que a Senhora Deputada que falou antes de mim disse. Se querem ser diferentes ajam de forma diferente.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Há dois casos concretos, eu tenho os dados das pessoas, Senhora Presidente em exercício assumo aqui um compromisso que em conjunto vamos resolver este problema.”

**6.3.2.17** – O Senhor Vereador Nuno Matias:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Dar duas respostas tão telegráficas quanto possível em primeiro lugar ao Senhor Deputado Municipal Artur Alfama, dar-lhe nota que a informação que consta da página noventa e seis, diz respeito a esterilizações, mas concordo consigo, podia estar mais detalhada a informação, e, portanto, as cento e trinta cirurgias identificadas, cinquenta e três em novembro, trinta e sete em dezembro e quarenta em janeiro, são esterilizações. É certo que nós temos que acelerar este processo, aliás, estão já identificadas algumas alternativas para enquanto não conseguirmos aumentar a capacidade interna do próprio serviço, para duplicar a capacidade, aliás, foi isso que tivemos a ocasião de falar na reunião que tivemos há alguns dias, em relação ao programa. Realmente, temos que tentar executar mais, se bem que o ano 2018, foi atípico, por condições internas do próprio serviço, mas isso não inviabilizou que tivéssemos imediatamente acelerado o processo, e aliás, a partir de novembro, quase que duplicamos o ritmo de esterilizações em relação aquilo que era o ritmo que foi verificado no ano anterior. Para além disso, dar-lhe nota também, que vamos tentar aumentar este processo com o apoio a duas associações, aliás, temos neste momento ultimados já dois protocolos que estavam a ser há alguns meses trabalhados para assegurar que também esse apoio é dado através das associações para aumentar a rede de resposta a este conjunto de necessidades de intervenção no território, e que em simultâneo neste trabalho conjunto, estamos também já no âmbito de uma intervenção de alguma emergência no Canil Municipal, reforçar a capacidade para receber cães, exatamente porque não nos parece aceitável, que atualmente o canil não tenha uma lotação dedicada para situações de emergência, que atualmente não tem essa resposta, e é fundamental que a autarquia não vire costas a problemas e a situações de emergência que envolvam não só Forças de Segurança, Bombeiros como há algumas semanas aconteceu, que tenhamos que nos desmultiplicar para encontrar soluções e portanto vamos criar uma lotação dedicada para também dar essa resposta de emergência enquanto não tivermos uma solução mais estrutural nessas instalações. Dar também uma resposta ao Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco, em relação ao parque infantil. Como sabe tivemos ocasião de inaugurar como já foi dito pela Senhora Vereadora Teodolinda Silveira, o segundo parque inclusivo, 100% inclusivo do país, que neste momento tem um nível de participação dos munícipes e uma utilização muitíssimo intensiva, aliás, é um equipamento que está ligado à internet e nós conseguimos fazer uma monitorização em tempo real. Foi exatamente por termos respeito por todos os cidadãos e inclusive aqueles que infelizmente são portadores de deficiência, que não quisemos deixar de ter uma intervenção emblemática, sendo que com isso não vamos desmultiplicar também no caso, por exemplo, do Parque da Paz, com criação de qualquer tipo de parque infantil, para ser honesto. Nós entendemos que o Parque da Paz é o Parque Infantil para todo e qualquer



jovem e menos jovem, porque tem todas as condições únicas e naturais, para que possam brincar e usufruir da natureza. Agora, percebemos que até por proximidade era importante criar uma resposta, e no âmbito do desenvolvimento do projeto do Parque Urbano do Pragal, foi planificado e vai ser executado, um grande parque infantil, que irá complementar as ofertas com a racionalidade que os serviços já identificaram e já estão a trabalhar, que todo e qualquer novo equipamento com alguma dimensão, tenha que procurar ter algumas soluções inclusivas. Mas para todos os efeitos e com toda a honestidade, no caso do Parque da Paz, não vai ter nenhum parque infantil com esta filosofia, vamos ter soluções complementares no caso do Parque Urbano, mas é importante que todos assumam que o Parque da Paz é o nosso espaço de recreio, o nosso espaço de usufruto com a natureza, não inviabilizando que no Parque da Paz possam acontecer mais eventos, mais ocupação de tempos livres e que possam também ter eventos dedicados para jovens, eventualmente também para jovens portadores de deficiência. Mas, o Executivo, toda a Câmara Municipal, está empenhada em oferecer à população um conjunto de rede de parques de recreio e também de jogos na questão do desporto, que possa ir de encontro às necessidades e aos anseios, e estamos a procurar ter um Plano Plurianual de intervenção em todo o território, aliás, já está identificado também a questão do Jardim da Criança no Laranjeiro, na questão do Parque de Frois na Caparica, exatamente para reforçar esta rede, e tê-los com escala e capacidade de uso, que corresponde às melhores práticas e às mais exigentes características que determinam a segurança e o usufruto destes espaços.”

**6.3.2.18 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Lourenço (PS):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A noite já vai longa e ainda estamos aqui, todos nós, empenhados na discussão daquilo que é a Atividade Municipal desta Câmara Municipal. Há uma coisa que eu quero aqui referir e não podia deixar de o dizer. O respeito que todos nós temos de ter, porque cada um de nós, é o mesmo que devemos exigir a nós próprios. Porque temos todos de pensar em que momento é que nós fomos um pouco mais ofensivos para com o Deputado Municipal da outra bancada. Todos nós já o fizemos e todos nós nos respeitamos mutuamente. E isto é muito importante. Há uma coisa que eu não aceito, não aceito ralhetes, não aceito falsos moralismos, não acho que ninguém aqui seja mais respeitoso do que outro, não acho que aqui ninguém seja mais educado do que o outro. E posto isto, acho que o que aqui é importante, é efetivamente demonstrar aquilo que está a ser feito, pedir esclarecimentos, deixarmo-nos de ofensas, porque mesmo quando nós não sabemos que o estamos a fazer, poderemos estar a ofender alguns dos nossos pares e alguns dos Deputados Municipais que aqui estão. E isto acontece várias vezes, e eu não quero aceitar que isto seja feito de forma propositada. E, portanto, o respeito que eu tenho por todos, e é a minha forma de estar na política, é também o respeito que eu sei que cada um de vocês tem. E, portanto, ralhetes, é para quem os quiser receber, eu não os recebo, seja de que bancada for, com ou sem partido, lamento. Vamos então àquilo que é este ponto da Ordem de Trabalhos.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Felicitar aqui a Câmara Municipal, pela inauguração dos cinco Espaços do Cidadãos, que foram criados neste Concelho. Ao contrário daquilo que aqui ontem se tentou minimizar, este foi um passo importante para a proximidade entre os serviços camarários, os serviços do Estado e os cidadãos. E aqui a grande diferença é tão somente uma. É que existia uma Loja do Múncipe, centralizada, no Centro de Almada, uma única, a prestar serviços exclusivamente da Câmara Municipal, e dos Serviços Municipalizados. E neste momento, temos cinco espaços, localizados em cada uma das Freguesias e União de Freguesias, e que todos eles prestam os mesmos serviços, e para além disso, presta também um excelente apoio naquilo que são o acesso aos serviços digitais do Estado. Permitiram ainda, fazer a requalificação de trabalhadores, que estavam na Câmara Municipal, que estão hoje mais motivados e isto também é um grande avanço. E isto, pode parecer uma coisa que para alguns não seja assim tão bom, para o Partido Socialista é um grande avanço, e por isso, está esta Câmara Municipal e este Executivo de parabéns e estão todos os cidadãos do Concelho de Almada de parabéns, porque têm serviços mais próximos, mais perto da sua casa, e é a proximidade versos o centralismo que sempre foi utilizado neste Concelho. Dar também os parabéns, até porque foi um ponto que já foi falado aqui tantas vezes, e que muitas das vezes se fala sempre daquilo que se ouve falar. Mas o Partido Socialista quer dar os parabéns pelo protocolo que foi celebrado com a Companhia do Paulo Ribeiro. Quer dar os parabéns porque este será um projeto inovador no nosso Concelho. E é um projeto, a Casa da Dança de Almada. É um projeto que Almada recebe, como recebe muitos outros projetos, como recebe muitos outros artistas, como recebe muitas companhias, muitas companhias de teatro, grupos de dança, Almada quer-se uma Cidade aberta, de cultura e de cultura para todos. A questão que aqui se levanta, é uma questão muito simples. E é isto que está de facto, a trazer aqui alguma pequena celeuma. E como o Senhor Deputado Municipal Pedro Celestino aqui bem disse, o Ponto de Encontro, não tem a vitalidade que tinha há muitos anos atrás. Não tem. E esta é a realidade. Eu acredito que a Senhora Deputada Municipal Eva Gomes, não o saiba, possivelmente não tem idade para o saber, e ainda bem, mas na minha juventude, aquele espaço era um espaço muito mais dinâmico do que é atualmente, e que não haja dúvidas em relação a isto. Não há dúvidas em relação a isto. Não há qualquer dúvida. E o problema do Partido Comunista, é que aquele espaço, vai ter uma vitalidade como já não tem há mais de quinze ou vinte anos. E é esse o vosso problema. O vosso problema, é que o Executivo do Partido Socialista, está a trazer dinamismo ao Concelho, e afinal aquele retrocesso que vocês tanto apregoam, não está a acontecer. E este é o verdadeiro problema. Mas isto não há problema nenhum. Porque como todos nós dizemos, CDU incluído, o Concelho de Almada é um grande Concelho, que gosta de receber toda a gente. E daquilo que aqui ouvimos quer ontem, quer hoje, ninguém tem nada contra o facto de a Companhia do Paulo Ribeiro vir cá para Almada. Até acham bem, porque é uma pessoa muito conceituada, e está tudo bem. E, portanto, se não há problema, vamos permitir que aquele espaço que em tempos foi efetivamente uma Casa da Juventude, que já não o é há muito tempo, que há pessoas aqui que pela idade que têm nem sequer sabem o dinamismo que aquilo alguma vez teve, e há outras pessoas que muito mais velhas, sabem o dinamismo que já teve. Portanto, o dinamismo



que esta casa vai ter, é aquele que teve em tempos, e é isto que o Partido Socialista está a fazer. E é isto que custa muito ao Partido Comunista. Mas isso é aquilo que nos diferencia, e isto é o combate político que temos de fazer uns com os outros, com todo o respeito, com toda a frontalidade, com a diferença de opiniões, e com a diferença de medidas de gestão, e estas são aquelas que nós escolhemos, e estas são aquelas que o povo de Almada quis que estivessem a vigorar, e são estas que vão continuar durante os próximos anos, até possivelmente a Senhora Deputada Municipal Eva Gomes ter a minha idade.”

**6.3.2.19** – O Senhor Deputado Municipal João Geraldês (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu vou começar parafraseando o Senhor Deputado Municipal Independente Carlos Guedes, aconselhando todos nós a que não façamos aquilo que contestamos. Só por um detalhe, dizer à Senhora Deputada Municipal Margarida Lourenço, que nesta Assembleia Municipal há diversos Grupos Municipais, há um Deputado Municipal Independente, e há dois Deputados Municipais que representam um Partido. Um dos Grupos Municipais é da CDU, não conheço aqui um Grupo do PCP, ou do Partido Comunista. Não devemos fazer aquilo que dizemos que os outros não devem fazer. Mas, não era este o ponto. Nós lamentamos muito, mas a clara explicação da Senhora Presidente em exercício relativamente a Casa da Juventude Ponto de Encontro, não nos esclareceu. É que não há, nem nunca houve, nenhum protocolo para a utilização do espaço Ponto de Encontro com ninguém. Há agora esta novidade do protocolo para a utilização do espaço Ponto de Encontro com a Companhia de Paulo Ribeiro. Por isso mantemos a nossa pergunta, é se há intenção da Câmara Municipal ou não, de verter para o protocolo que é uma novidade com a Companhia Paulo Ribeiro, a garantia, de que aquele espaço vai poder continuar a ser utilizado, pelos outros utilizadores que há mais de três décadas utilizam aquele espaço. Que ao contrário do que aqui foi dito, pela Senhora Deputada Municipal Margarida Lourenço, mantém a sua vitalidade, mantém a sua vitalidade. E olhe se quiser comparar as nossas idades, se calhar eu sei mais do que a Senhora Deputada Municipal, mas não sei. Portanto, reiteramos esta pergunta: tenciona, ou não tenciona, a Câmara Municipal, verter para o protocolo, a garantia de que aqueles que são os utentes há mais de trinta anos da Casa da Juventude, podem continuar a utilizar aquele espaço, exatamente como a Senhora Presidente em exercício, Senhora Vereadora Teodolinda Silveira, aqui nos disse verbalmente. Depois, ficamos surpreendidíssimos com a informação de que a questão da Linha de Muito Alta Tensão, está na Administração Central para decisão. Surpreendidíssimos. Porque Senhora Presidente em exercício não nos foi dada qualquer informação ao contrário do que a Senhora aqui disse, não nos foi dada qualquer informação, nem recentemente, nem mais longinquamente. Pura e simplesmente, nós não conhecemos. E qual é essa decisão? Será que esta Assembleia Municipal, eu já não digo que tem o direito de participar no processo, mas tem o direito de saber qual é essa decisão? E como fica a participação das populações, que a Senhora Presidente da Câmara garantiu aqui que ia ser assegurada? Ficamos espantados ainda mais, porque a CDU apresentou nesta Assembleia



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Municipal, no dia dez de julho de 2018, um requerimento que até agora não foi respondido. Porque não responde a Câmara Municipal ao requerimento da CDU? Depois Senhora Deputada Municipal Débora Rodrigues. A Senhora Deputada Municipal ouviu mal aquilo que nós dissemos aqui ontem, seguramente, só por isso poderá dizer que nós não falamos daquilo que foi a intervenção da CDU em matéria de habitação. Mas se ouviu mal, eu posso complementar relativamente aquilo que lhe disse ontem. No mandato anterior, em quatro anos, a CDU garantiu mais de duzentos e cinquenta realojamentos de famílias do Concelho. Até hoje, em ano e meio, o Executivo do Partido Socialista vai em seis. O que dá cerca de dez vezes menos. Mas a CDU fez mais. A Senhora Deputada Municipal Débora Rodrigues é muito nova para falar em quarenta anos, mas gosta de falar nos quarenta anos. E então não sabe, que a CDU realojou mais de mil e quinhentas famílias, ao abrigo do PER - Programa Especial de Realojamento. A CDU realojou mais de seiscentas famílias ao abrigo de outros programas de realojamento. A CDU realojou as Matas de Santo António na Costa da Caparica, a CDU realojou as famílias que viviam no Valdeão, a Senhora Deputada Municipal não conhece eu sei, é muito nova, não conhece, mas isto é tudo verdade. Muito rapidamente para terminar, este Executivo já o disse, até agora realojou seis agregados familiares, mas fez mais do que isso, permitiu que cerca de quarenta fogos municipais fossem ocupados ilegalmente. E ao que parece, nem sequer sabe onde é que esses fogos foram ocupados. Porque também a CDU, neste caso os Vereadores da CDU na Câmara Municipal de Almada, fizeram um requerimento há cinquenta e três dias, para saberem quais são os números de polícia destas casas que foram ocupadas e até agora a resposta foi zero.”

**6.3.2.16**– A Senhora Deputada Municipal Sílvia Sousa (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Se calhar num registo mais calmo que é aquele que me caracteriza efetivamente, acho que é aquele que passa lá para casa, aquilo que todos devemos tentar passar que é, quem nos está a ouvir aqui, a perder o seu tempo, e lá em casa a “perder” ou a “ganhar”, mas pelo menos a gastar o seu tempo, o mínimo que quer obter deste debate, é a resolução das questões do Concelho, de uma forma simples, de uma forma direta, de uma forma correta, e acima de tudo que haja um tratamento correto e que faça efetivamente política, porque política não é politiquice. E eu vou seguir esse registo e fazer aqui uma alusão relativamente a questões que têm a ver com a intervenção social, ontem já falei um pouco de habitação, hoje quero saudar o Executivo pela participação em programas na área da prevenção e combate à violência doméstica, que é um assunto que preocupa todos, mas fazer algo um pouco mais extenso relativamente a todo o tipo de violência. A violência doméstica é de facto um flagelo, e no início deste ano e estamos no final do segundo mês do ano, já temos onze mortes de mulheres e uma criança também assassinadas. Sabemos que é prática comum e há campanhas de publicidade institucional, nomeadamente ao nível da violência que é exercida contra idosos, e aquilo que gostava de saber, é o que é que está definido ao nível da divulgação destes programas, numa primeira fase da existência desses programas,



numa segunda fase a divulgação destes programas que visam o combate à violência em todas as suas áreas, ou seja, não só a violência doméstica que é obviamente muito preocupante, mas toda a violência, contra crianças, violência contra idosos, essencialmente a este nível, o que é que está previsto fazer? Que formas de divulgação do que está previsto fazer podemos ter? Porque é importante que toda a gente conheça que meios, que mecanismo é que pode usar. Nós sabemos nomeadamente no âmbito da violência doméstica, e a violência doméstica nós olhamos para ela e temos que olhar de uma forma muito séria, e obviamente que é amplamente falado e é amplamente debatido, que este tipo de combate começa com uma questão educacional e começa com as crianças, mas o problema é que nós não podemos esperar tanto tempo. Não podemos esperar que as crianças cresçam. Portanto, o que é que está previsto e a forma de divulgação. Porque muitas destas situações, há muitas pessoas que se inibem para além de todo o processo psicológico, que não temos agora tempo para o debater e não é este o fórum, mas nós sabemos que muitas das vezes quando as pessoas ganham coragem de falar, o atendimento que têm nomeadamente nos postos policiais, ainda há muito esse estigma na sociedade portuguesa que é: “Entre marido e mulher ninguém mete a colher”. Agora chatearam-se, mas depois passa, é um arrufo. E este tipo de situações, são situações que devem ser amplamente debatidas, mas acima de tudo eu acho que se devia começar independentemente dos planos que eu sei que existem, e que estão também eles próprios a ser construídos, numa campanha efetiva, no sentido de ajudar a nossa população que é tão grande, são cento e setenta e cinco mil habitantes como sabemos, sabemos que é um Concelho, porque há dados específicos nesta área, que têm índices de violência, também doméstica, mas de violência contra as pessoas mais desprotegidas, sejam crianças, sejam idosos, sejam a que título for, que tem números elevadíssimos de violência, e eu gostava de perguntar o que é que está a ser pensado, o que é que está a ser planeado nesta área que é uma área realmente muito preocupante.”

**6.4** – Entrou-se no ponto 3.4 da agenda, relativo a apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Designação dos Membros do Júri do Procedimento Concursal para Provisão de Cargo de Direção Intermédia de 2º Grau. Chefe de Divisão de Assessoria, Comunicação e Imagem (DAC) dos SMAS”.

**6.4.1**- Usou da palavra o Senhor Vereador Miguel Salvado para apresentar a proposta.

O Senhor Vereador Miguel Salvado:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Foi entregue a documentação, é um Procedimento Concursal normal para o provimento de um cargo de direção intermédio de 2º Grau, neste caso da Divisão de Comunicação dos SMAS, foi distribuída a constituição do júri, são dirigentes dos SMAS e da Câmara Municipal, constituintes do júri, e como tal está à vossa consideração.”



**6.4.2-** Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum, passou-se à votação, tendo a proposta sido aprovada por maioria em votação por voto secreto, com 38 votantes, sendo 35 a favor e 3 votos brancos, através da seguinte:

**DELIBERAÇÃO**

*Ao abrigo do artigo 13º, nº 1 da Lei nº 49/2012, de 20 de agosto, a Assembleia Municipal de Almada aprova a Proposta da Câmara Municipal nº 59/XII-2º, designando o seguinte júri para o procedimento concursal de recrutamento para o cargo de Chefe de Divisão de Assessoria, Comunicação e Imagem (DAC) dos SMAS, cargo de direção intermédia de 2º grau:*

*Presidente do Júri - Paula Maria Veloso Oliveira, Diretora do Departamento de informática (DI);*

*1º Vogal Efetivo - Miguel Alexandre da Silva Vilhana Ribeiro, Diretor do Departamento de Comunicação da CMA (CMA-DCOM);*

*2º Vogal Efetivo - Paulo Jorge Nico Casimiro - Chefe de Divisão do Controlo da Qualidade da Água (DCQ);*

*1º Vogal Suplente - Rui Nuno Pereira Arroja - Chefe da Divisão de Projetos e Sistemas de Informação [DPI];*

*2º Vogal Suplente - Pedro Alexandre Silva Farinha Marçal - Técnico Superior da Divisão de Pessoal (DPE).*

**6.5 –** Entrou-se no ponto 3.5 da agenda, relativo a apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Aumento de Capital Social, Alteração de Estatutos e de denominação social da Empresa Municipal”;

**6.5.1 –** Usou da palavra a Senhora Vereadora Teodolinda Silveira em substituição da Senhora Presidente da Câmara para apresentação da proposta;

A Senhora Presidente da Câmara Municipal substituta, Vereadora Teodolinda Silveira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Os Senhores/as Deputados/as Municipais têm na vossa mão a proposta que foi aprovada em Reunião de Câmara e que no ponto três, da sua parte deliberativa diz que terá que ser submetida para análise e aprovação na Assembleia Municipal, e a parte deliberativa que aqui trazemos a apreciação e aprovação, prende-se com a aprovação da denominação social da nova Empresa o WEMOB – EM, S.A., aprovar também a alteração de denominação social e dos Estatutos da empresa, bem como sendo aprovados estes pontos, aprovar também e mandar para o aumento de capital social da referida Empresa. Penso que os pontos estão todos claros e penso que será fácil, se alguma dúvida houver passarmos à discussão da proposta.”

**6.5.2 –** No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais António Pedro Maco (CDS-PP), João Galdes (CDU), José Rocha (BE), Carlos Guedes (Ind) e usaram ainda da palavra a Senhora Presidente em substituição, Vereadora Teodolinda Silveira e o Senhor Vereador Nuno Matias.



**6.5.2.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Escrutínio final saído das últimas eleições autárquicas concluiu que os almadenses atribuíram ao PS, em 1º lugar e à CDU, em 2º lugar, a confiança como as duas forças políticas mais votadas, forças essas, que não continham no seu Programa Eleitoral, a extinção da ECALMA ou o fim do estacionamento pago. Tendo em conta a posição dos almadenses, essa posição é para respeitar, podendo-se talvez também concluir que para o eleitorado no Concelho, a ECALMA e o estacionamento pago, não é um dos problemas mais complicados para resolver. Em conclusão, sem prejuízo de outros assuntos, os almadenses, votando maioritariamente nessas duas forças políticas, ditaram a continuação da ECALMA. O CDS-PP sempre entendeu, e continua a entender, que não é o estacionamento pago em Almada, que, por si só, ordena e disciplina o trânsito e o comportamento dos cidadãos na via pública. Almada não tem, para já, esperemos que num futuro próximo possa vir a ter, as características de uma grande cidade em termos de movimento ou mesmo de serviços e áreas comerciais que possam justificar como último reduto uma tarifa para estacionamento. Esta ideia acompanha o CDS-PP desde a constituição da ECALMA e do estacionamento pago, e acompanhará até que assim se justifique. Perante tal realidade, e respeitando o CDS-PP a escolha dos almadenses e os resultados eleitorais, e visto que a ECALMA não vai acabar, antes pelo contrário, pretende-se dar-lhe novas atribuições, só resta ao CDS-PP, não se excluir da discussão, mas, antes pelo contrário, contribuir com propostas que tornem a empresa de estacionamento do Concelho mais eficiente e funcional para melhor servir o cidadão e a cidade, sem abusos e com uma vertente mais pedagógica. De relembrar ainda, que o CDS propôs que em Almada a ECALMA, ou melhor, as competências da ECALMA no que respeita à fiscalização e organização do estacionamento e do trânsito, passassem para a Polícia Municipal, entidade essa, que para além do trânsito, tem na sua Lei orgânica mais atribuições e valências que podem contribuir para uma cidade mais segura e mais organizada, dando prioridade aos agentes da ECALMA para a sua transição, transitando ao mesmo tempo todo o seu espólio O executivo em funções tal como o anterior, entenderam que a Polícia Municipal não é a melhor opção para Almada, posição que discordando, merece da parte do CDS o maior respeito. Convém relembrar que a ECALMA e o estacionamento pago foram criadas, segundo os argumentos dos seus mentores, para disciplinar e escoar melhor o trânsito, para haver rotatividade no estacionamento não permitindo fazer do espaço público garagem, para evitar abusos ao Código da Estrada, tudo isto com o objetivo de tornar a cidade mais atrativa e mais cosmopolita. Ora, passados todos estes anos da existência da ECALMA, o que se viu como elemento complementar à desertificação da cidade foi comércio a fechar, sem clientes e o abandono pelas ruas, tornando o centro da cidade sombrio e sem vida. Esses comerciantes e os restantes cidadãos, queixaram-se ao longo dos anos desse abandono, da caça desenfreada à multa, dos abusos e injustiças, da falta de respostas no que respeita aos conflitos entre os mesmos e a empresa municipal de estacionamento, fartaram-se do pagar para beber um simples café ou pior, ter de pagar para



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

trabalhar. Os almadenses acordavam dia após dia, com parquímetros nas suas ruas tal como as alterações de sentido de trânsito que mudavam constantemente. A ECALMA, apareceu aos olhos dos almadenses como mais uma força repressiva, repressiva ao seu bolso e à sua carteira, quer no estacionamento quer nas multas, bloqueios e reboques com que o cidadão se deparava. Mas não só os munícipes se queixavam do estado atabalhado com que a ECALMA era conduzida. Também os trabalhadores da mesma, pugnavam por melhor e mais formação adequada à sua função, mais proteção já para não falar nas condições das instalações que os abrigavam. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhora Presidente da Câmara em exercício, se é esta ECALMA que vem aqui esplanada nesta proposta para discussão e votação, então não conte com o CDS para dar continuidade a esta trágica realidade, que colocou ao longo dos anos os almadenses contra almadenses e afastou pessoas da Cidade e do Concelho por falta de confiança nas escolhas e gestão do poder autárquico em Almada. O que nos dá a entender numa primeira análise, a proposta que a Câmara Municipal traz a esta Assembleia é muito mais que a confirmação da manutenção da empresa de estacionamento, ECALMA. A proposta apresentada, além de alterações significativas no que diz respeito ao seu regulamento, nas questões do estacionamento, paragem e circulação na via pública, apresenta à discussão e à votação um novo paradigma de alterações profundas na empresa, logo a começar pela sua identificação, indo até ao processo de reinvestimento e o impacto financeiro da empresa nas receitas versus despesas. A ECALMA, desde sua constituição, tem-se pautado como uma empresa deficitária onde a sua gestão financeira se caracterizou basicamente por valores negativos que só não comprometeram a mesma porque a Câmara vinha sempre em seu auxílio com os contratempos financeiros e com custos diretos e indiretos para o cidadão. Este novo paradigma, que se parece querer encontrar e implementar, não pode, de todo, ter custos diretos para o cidadão sem que o mesmo não seja ressarcido positivamente. Qualquer investimento que se faça na empresa, deverá ter unicamente como finalidade a melhoria das condições de mobilidade e acessibilidades para os almadenses. Sabemos também que a obtenção de melhorias e criação de condições adequadas na cidade, passam também pelo investimento no espaço público e num complementar modelo de circulação moderno e em conformidade com as características endógenas da cidade tal como deverá estar confinado a um verdadeiro plano e rede de transportes dentro do Município, mas também intermunicipal e mesmo regional. O investimento que a proposta comporta é deveras ambicioso para os destinos da empresa. Contudo, só pode ser eficaz ou admissível do ponto de vista de despesa, se o mesmo tiver como finalidade devolver a prestação do melhor serviço ao cidadão compensado assim, o esforço financeiro e endividamento. Caso contrário, o CDS rejeita este cenário, em que um maior investimento não traga dividendos para os cidadãos nem reverta a favor do bem-estar da cidade. No que respeita à proposta do Projeto Regulamento de Estacionamento, Paragem e Circulação na Via Pública, parece-nos que há uma maior abertura por parte da empresa na aposta da pedagogia tal como na informação dos direitos e deveres dos cidadãos, sempre que incorrem em razão de direito com o presente Regulamento e com o Código da Estrada. Encontram-se na proposta melhorias que consideramos significativas para o cidadão,



nomeadamente a atenção redobrada que é dada aos moradores e a atenção que é dada a quem usa o veículo pessoal para trabalhar no centro da cidade ou nos restantes lugares onde o estacionamento é taxado. Notamos também uma maior preocupação dada às cargas de descargas e aos cidadãos com mobilidade condicionada a lugares especiais de estacionamento. Quero também aqui frisar as propostas que veem neste novo paradigma da ECALMA que são as novas competências e atribuições, que poderão dizer respeito à fiscalização, nomeadamente à limpeza e higiene urbana, que bem precisa este mesmo Concelho. E aquilo que nos foi dito ao longo destes anos é que havia falta de fiscais, e, portanto, esta também poderia ser uma das competências e atribuições dadas à Policia Municipal, mas que no nosso entender, se efetivamente vier reforçar aquelas que são as competências e atribuições da empresa ECALMA, são por parte do CDS-PP, muito bem-vindas desde que efetivamente elas cumpram com o seu serviço. Em suma, já que a Empresa vai continuar a existir, que seja mais amiga e esteja verdadeiramente voltada para servir os cidadãos em segurança, em comodidade e ajude verdadeiramente a requalificar o espaço público sem abusos nem atropelos à Lei.”

#### 6.5.2.2 – O Senhor Deputado Municipal João Geraldês (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Esta proposta encerra diversas questões complexas que a CDU considera desajustadas da realidade e por isso não temos condições para as aceitar. Desde logo, a alteração da atual designação da Empresa ECALMA, para uma nova designação o WEMOB – EM, S.A., sintomaticamente em língua inglesa, não sendo a principal preocupação nem a alteração mais importante, não deixa de ser reveladora, levando-nos a colocar a questão de saber, se não estaremos afinal perante uma operação cosmética. A CDU não entende por que razão a Empresa tem que mudar de nome. Será apenas para inglês ver? E essa razão pela qual nos é proposto o nome em língua inglesa? Ou há outros motivos não clarificados? Mas esta não era a questão essencial. Depois aponta no sentido de uma transferência de competências da Câmara Municipal para a Empresa, que traduz de facto, um enorme alargamento do âmbito da intervenção da Empresa, transformando-a afinal numa Super ECALMA. Se a transferência de competências da Câmara Municipal para a Empresa, na área de intervenção que constitui o seu objeto social original, não deverá suscitar dúvidas, relembramos que esse objeto é a regulação do estacionamento e da circulação em Almada, já prevista a transferência de competências noutras áreas de atividade, designadamente no domínio dos resíduos sólidos, salubridade, produção e distribuição de energia elétrica, e fiscalização em termos gerais, suscitam as mais sérias dúvidas e reservas. Suscita igualmente reserva a proposta de injeção de dinheiro na Empresa num montante global de 1,5 milhões de euros, 900.000.00€ (novecentos mil euros) de aumento de Capital Social e 600.000.00€ (seiscentos mil euros) em empréstimos bancários, que corresponde a um aumento de 700%, relativamente ao seu Capital Social atual, que é de 250.000.00€ (duzentos e cinquenta mil euros). Ao mesmo tempo que se perspetiva um aumento de rendimento da Empresa de apenas 10%. Considerando o volume de investimento previsto nesta previsão, esta previsão é



manifestamente pouco ambiciosa, comprometendo por isso, a necessária garantia de sustentabilidade económica e financeira da empresa, e perspetivando dificuldades no que respeita ao seu futuro desempenho, e ao futuro dos seus trabalhadores. Por outro lado, a proposta que nos é presente não garante de forma inequívoca o carácter público e municipal da nova Empresa. Daqui perguntamos ao Executivo Municipal e à Senhora Presidente da Câmara Municipal em exercício, se está em condições de garantir formalmente e sem quaisquer reservas, o carácter público e municipal da Empresa que agora pretende criar? Finalmente, o resultado da votação desta proposta na reunião de Câmara Municipal, que a aprovou, permite-nos concluir, que para alguns políticos e eleitos, parece que tudo vale e tudo serve para agarrar nem que sejam pequenas parcelas, migalhas de poder. Falamos daqueles políticos e eleitos, que num passado ainda bem recente, sempre se expressaram e votaram contra todos os assuntos que se prendem com a atividade da empresa municipal ECALMA. Os mesmos políticos e eleitos, que continuam a afirmar que são contra a empresa municipal ECALMA, defendendo que para a substituir, a criação de uma polícia municipal, e ainda os mesmos políticos e eleitos que agora instalados nessa pequena parcela de poder, que lhes foi entregue, votam afinal favoravelmente a constituição de uma super ECALMA. Utilizam como argumento principal para justificar a verdadeira pirueta política das suas posições, repetindo aliás, até à exaustão, que sendo apenas dois entre onze eleitos, (isto na Câmara Municipal) não têm condições para levar por diante as suas convicções e ideias. Um argumento macio, que soa a má consciência. E sobretudo que não colhe. Porque antes, também eles eram só dois entre onze, e antes, não obstante jamais se juntaram aos outros nove.”

**6.5.2.3 – O Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu antes de vir para aqui, peguei no programa do PS, e fui à procura do que o PS tinha dito sobre a ECALMA e depois lembrei-me não vale a pena porque não dizem nada, no programa com que se candidataram. Mas o PSD dizia, e já aqui foi demonstrado que o PSD era contra a existência da Empresa Municipal, não é o nome, não é nada, é contra a ECALMA, contra a existência da Empresa em si e a favor da polícia municipal. Eu vou votar contra esta proposta digo desde já, porque o que aqui de facto se passa, é a transformação da ECALMA em algo transitório para uma polícia municipal, e daí o artigo 5º, onde se fala do objeto social, falar na tal gestão e fiscalização dos resíduos urbanos e da limpeza e higiene, que já aqui foi falado. Os almadenses e as almadenses votaram, sufragaram programas, embora um dos programas sufragados nada disso é sobre o assunto, não votaram nos dois programas que diziam rejeitar claramente a ECALMA. Portanto, Almada os e as almadenses, temos um problema com a ECALMA, estamos todas e todos muito empenhados em resolvê-lo ou devemos estar, mas operações de cosmética com a mudança de nome, com a mudança do objeto social, e com o tal, eu percebo que o casamento que existe em Almada entre o PS e o PSD, dê algumas dores de cabeça e que a casa tenha de ser arrumada por algum lado, mas não será por aqui, pelo menos não com o meu voto. E isto porquê? O que o



Senhor Deputado Municipal João Geraldês disse e sobre a questão da natureza municipal da Empresa, tem toda a legitimidade de ser questionado, uma vez que está previsto no artigo 7º, parcerias e protocolos, “que a Empresa poderá celebrar acordos de diversa natureza com terceiras entidades, de natureza pública ou privada, visando múltiplas formas de cooperação, incluindo designadamente, acordos de empresa comum, de natureza contratual, contratos de prestação de serviços”. Ora isto, quanto a mim, pela interpretação que eu faço, posso estar errado, mas se estiver corrijam-me, é abrir a porta a empresas de trabalho temporário outras coisas que tais, e também não, não é por aí, esse caminho. Não devemos começar a construir casa nenhuma pelo telhado. Infelizmente aqui parece que é o que estamos a querer fazer.”

**6.5.2.4 – O Senhor Deputado Municipal José Rocha (BE):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Iremos votar hoje nesta Assembleia Municipal, a mudança do nome, aumento de capital e estatutos da ECALMA. O nome, apesar de não sermos muito entusiastas não é de todo a nossa principal preocupação. Nada contra aumento de capital, desde que isso signifique um aumento da empresa, das condições laborais, das condições de acessibilidade etc., não nos vamos opor. Temos, contudo, um enorme problema com os estatutos. O que nos é proposto, é a aprovação dos estatutos de uma empresa que não sabemos o que irá fazer. Regulamento de estacionamento, paragem e circulação na via pública que ainda está em consulta pública ainda não foi aprovado, não sabemos qual será o regulamento final, logo não sabemos que Regulamento irá esta empresa ter de aplicar, nem sabemos que estratégia virá a seguir no que toca ao Flexibus, BUS Saúde, etc. Estamos a discutir os estatutos reforçados de uma *mega ECALMA*. como é possível uma empresa com competências nas áreas do estacionamento, mobilidade e acessibilidade, assumir responsabilidades, como refere o artigo 5º Objeto Social, k), de “*Gestão e fiscalização dos resíduos urbanos e da limpeza, higiene e imagem urbana (...)*”. Estes preceitos não cabem nem podem caber numa empresa como a ECALMA a não ser que esta deixe de ser uma empresa responsável pelo estacionamento, mobilidade e acessibilidade e passe a ser uma empresa de fiscalização do município, abrindo aqui caminho para a ideia de polícia municipal tão apoiada por parte do executivo. O Bloco de Esquerda é claramente contra este caminho. Importa aqui referir também a enorme importância de garantias de capital exclusivamente público na ECALMA. Queremos saber porque é que deixa de ser poder da tutela aprovar preços e tarifas e porque é que em matérias de orientações estratégicas e contratos-programa a Assembleia Municipal não tem papel nos estatutos. Tal como não entendemos o que significa produção e distribuição de energia elétrica, reiterando naturalmente, a necessidade de clareza neste processo. A verdade é que esta amplitude no objeto social da nova empresa não nos deixa descansados nem esclarecidos no que toca à sua estratégia qual é realmente a finalidade. Deixamos mais umas breves notas - algumas dúvidas, sobretudo a introdução de parquímetros nas Praias do Rei e da Rainha que, farão aumentar a rentabilidade destes estacionamentos para 218.894€, mais 73.894€ do que no último ano mais rentável o ano



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

de 2005, o que leva a pressupor aumento de tarifas. É preciso ter em conta o carácter popular destas praias, a dificuldade de acesso e a ausência de alternativas em transporte coletivo, como poderia ser o investimento no Transpraia. Tal como atrás referenciamos expressamos mais uma vez as nossas dúvidas e preocupação sobre o Flexibus, BUS Saúde, é que perante total ausência de referência ao investimento e alargamento do Flexibus ou outro sistema similar de promoção de mobilidade, fica a dúvida sobre a intenção de concessionar mais esta resposta a privados, como aconteceu com a concessão do BUS Saúde aos TST – Transportes Sul do Tejo. Qual é o Plano de mobilidade a que esta empresa obedece? Acabar com a dependência de contratos programa à custa de quem? E já agora ... como é que aparece este nome “WEMOB”?”

**6.5.2.5 - A Senhora Presidente da Câmara Municipal substituta, Vereadora Teodolinda Silveira:**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu vou tentar gerir esta chuva de perguntas da forma que eu conseguir mais estruturada possível. Primeiro, dizer-vos que a questão que tem a ver com a alteração do objeto social, e com o aumento de capital, visa essencialmente, melhorar a resposta que tem sido dada pela ECALMA, que penso que não é difícil percebermos que não conseguiu dar a resposta que sempre se pretendeu que desse, não somos nós que o dizemos, são os munícipes. E, portanto, o aumento do capital social e a mudança do objeto social, tem a ver com o dar sustentabilidade à Empresa, preparar a Empresa para uma transferência de competências que a própria Câmara Municipal assumiu e que como os estatutos dizem, pode delegar. Eu lembro que os estatutos que existiam e que agora serão mudados porque estes diziam “delega” e estes dizem “pode delegar”. Portanto, está a cada momento a Câmara Municipal, a tutela a decidir o que pode ou não pode delegar nesta Empresa, enquanto que os anteriores tudo o que delega, não havia aqui nenhuma opção de poder ou não poder delegar, e eu acho que isto é um argumento que faz toda a diferença. Também naquilo que se refere às competências que podem ser delegadas, “podem ser delegadas”, e que são mais vastas de facto, e que foram aqui referidas por mais do que um munícipe e que tem a ver com as questões da gestão do resíduo, da produção de energia e do operador de transportes, que foram aludidas, dizer que são competências que podem ser delegadas, e que se prendem com coisas tão simples como, se os fiscais da ECALMA, agora da WEMOB, andam na rua, (e isto foi sugerido em reuniões públicas de Câmara Municipal, por munícipes), podem exercer um poder pedagógico e de vigilância, sobre o gravíssimo problema que temos de falta de civismo na deposição dos nossos resíduos. É tão pouco quanto isto. E pode ser delegada pela tutela. Não está delegada. “Pode” ser delegada. Pode vir a ser, vamos estudar, mas não vamos andar a alterar a cada momento uns estatutos desta natureza. Portanto, pode ser delegada e o âmbito é este. A produção de energia que tanta confusão parece-me ter, é tão somente poder instalar painéis fotovoltaicos nos parques dos quais vamos ter a gestão, e ter postos de carregamento de veículos elétricos. “Pode” ser delegada e é esta. Não vamos andar a distribuir botijas de gaz, e outras coisas que tal. Portanto, é isto. É lógico, é racional que assim seja. Portanto a questão que aqui se coloca é: há necessidade de



tornar a Empresa sustentável e tê-la preparada para que no âmbito das competências que a Câmara Municipal assumiu, das praias, possa efetivamente introduzir qualidade. A ECALMA já geria os parques das praias do Rei e da Rainha, e, portanto, vai continuar a geri-los, vai melhorá-los, vai-lhes dar condições porque não têm. É possível que isso possa significar algum aumento de tarifa. Portanto, é normal que assim seja. É normal que assim seja. Se faz os melhoramentos, é normal que assim seja. Veremos se há ou não. Veremos se há ou não. Não está dito. Portanto, as questões que aqui se colocam são estas e são todas coerentes entre si. Isto é, a Empresa vai prestar mais e melhores serviços, a Empresa precisa tal e qual como diz a Lei das Empresas Municipais, que devem ser sustentáveis, e ela não é, e, portanto, há que lhe dar condições para que possa desenvolver toda a sua atividade melhor e em melhores condições e de uma forma mais sustentável. E isto é claramente e unicamente o que aí está. Estão previstas um conjunto de coisas que poderão vir a ser, podem. Mas é a Câmara Municipal e será por delegação da Câmara Municipal com decisão e com discussão. Ao passo que os estatutos anteriores delegavam sem qualquer discussão, estava delegado. Há alteração nisso. Depois, é uma megaempresa, superempresa, isso vai ser privatizado a migalhas. Eu para ser muito franca nem percebi essas afirmações. Mas eu a única coisa que quero dizer é que não vale a pena agitarem o fantoche da privatização. Não vale, não vale a pena. É como fecha o Ponto de Encontro, fecha a Casa Amarela, não há Festival Sol da Caparica, não Caparica Primavera Surf Fest, não há Marchas, não há Dia da Cidade, não o assinalar do Dia da Mulher, não há nada. Mas depois por acaso aparece tudo, ali á última da hora a gente consegue arranjar, arranja-se tudo, temos um poder de fazer assim e aparecer. Porque, entretanto, num período anterior, não havia nada. Não vale a pena irmos por aí. Os Senhores/as Deputados/as Municipais, têm na vossa mão todos os critérios de solvabilidade da Empresa, está tudo muito claro. 900.000.00€ (novecentos mil euros), somos mandatados para o investimento, ver se há, quando se faz e como se faz porque os próprios estatutos preveem que seja num prazo de um ano, não têm que estar cabimentados em sítio nenhum, porque ainda temos um novo orçamento pelo meio, daqui a um ano. E, portanto, não tem necessidade de estar. Tudo tem que ser pensado, discutido, mas tem que estar previsto, e esta é a questão. E, portanto, a injeção desse capital, que será feito da forma que se entender que é a mais acertada, e o resto não é investimento de capital, porque é recurso a um empréstimo. E isso não é injeção de capital da tutela que vai injetar. Vai injetar apenas 900.000.00€ (novecentos mil euros). É evidente que a Câmara Municipal ao assumir e bem a gestão das praias, encontrou esta forma de assegurar de uma forma correta e sustentável a sua gestão. Depois, acho muito interessante a preocupação com os trabalhadores. Essa é que eu acho mais interessante. E acho interessante por dois motivos. Primeiro, porque uma empresa que há sete anos, ponto um, não aumentava os trabalhadores, não têm carreiras criadas, previa a existência de quarenta e cinco fiscais, teve no máximo vinte e hoje tem dezassete. Tinha previsto a existência de dez controladores não tinha nenhum. Não vou continuar a falar sobre os trabalhadores, gostaria, mas não vou por razões e por respeito dos trabalhadores. Porque poderia dizer alguma coisa aqui, que a culpa é única e exclusivamente de quem geriu a Empresa, mas que poderia ser sensível ou poderia ser tido



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

como alguma agressão à sensibilidade dos trabalhadores. Poderei dizê-lo depois se o entenderem em privado, aqui não digo mais, digo apenas que acho espantoso, que alguém que tem na ECALMA a situação laboral que tem, e com os quais já reuni, até com os próprios sindicatos para fazerem... eu sei que estão todos no quadro, não disse menos disso, não sei porque está a fazer esse comentário. Estão no quadro sem uma carreira criada, está a ser criada agora. Alias, os sindicatos então devem estar enganados, porque são eles que nos vêm reivindicar a carreira. De facto, a preocupação com os trabalhadores, acho curiosa, mas vou passar adiante, e dizer que esta Empresa só pode com as condições que lhe vão ser dadas, garantir não só a sustentabilidade dos que lá estão, como aumentar o seu quadro de pessoal. Como é evidente. E quando me vêm falar nas prestações de serviço, tem a ver tão pura e simplesmente como por exemplo, a via verde, por exemplo, que parece que não poderá ser de outra forma senão do meio que está previsto. Portanto, o que eu acho é que estão a fazer leituras que não estão cá, que não estão cá, e que de facto, aquilo que aqui está é tão simplesmente, permitir que a Empresa tenha sustentabilidade, libertá-la do contrato programa que tem com a Câmara Municipal, por não necessário, é porque deixa de ser necessário, e cometer-lhe ou não, porque não estão cometidas, algumas outras responsabilidades, que podem melhorar em muito tudo o que tem a ver com mobilidade no Concelho de Almada. O Regulamento que está em discussão pública, e será aquilo que as pessoas que o estão a discutir quiserem, não podemos estar aqui a dizer ainda o que é porque ele está em discussão pública. E, portanto, ele será em forma final aquilo que quem o discutir e quem contribuir quiser. E esse poderemos discuti-lo depois, é extemporâneo, estarmos a discuti-lo agora. Quanto ao resto, o próprio nome WEMOB, tem dois objetivos. Primeiro, cortar com a imagem que a ECALMA tem e que toda a gente sabe que não é boa. Eu pergunto se estou aqui a dizer alguma coisa que pareça um extraterrestre, eu pergunto. Desde que participo em reuniões de Câmara Municipal e já lá vão uns nove ou dez anos, eu pergunto se todos nós já não ouvimos. Portanto, há um objetivo claro, cortar com a imagem, a Empresa pretende ter uma outra atuação já tem neste momento, o simples facto que foi introduzido de pôr um aviso de que durante X tempo se não tirassem o carro ele seria removido, respondeu imediatamente, nunca mais houve uma queixa das pessoas que iam à reunião de Câmara Municipal e diziam: “mal-estacionei o carro e levaram-no logo embora, até parece que estavam escondidos para eu sair e o levarem”. Se calhar era mentira, mas verdade é que as pessoas diziam. Agora não dizem, não dizem porque têm lá um papel que diz que foi estacionado às tantas, com a fotografia tirada e se for multado, há a decalagem do tempo que lá está. Portanto, eu penso que não lucraremos muito em estar aqui muito mais tem a discutir, porque as posições são antagónicas. E, portanto, quando se parte de uma posição e dela não se quer sair, não vale a pena muita discussão. Aquilo que queria concluir e dizer é: não há dúvida nenhuma que aquilo que se pretende é em grande parte, preparar esta empresa para prestação de um melhor serviço, para ser sustentável e para responder aos desafios de uma competência que todos sabemos que a Câmara Municipal decidiu e assumiu. Portanto, não há muito mais a dizer do que isto. Relativamente ao Flexibus e ao Operador de Transportes. É evidente que está aí, quem quiser ler está claro, são aqueles que não estão já concessionados. E,



portanto, o que é que fica aí? Fica o Flexibus. Fica o Flexibus que está guardado e parado ali ao pé de mim em Vale Figueira. E que estão a substituí-lo autocarros da Câmara Municipal. Portanto, foi comprado com o objetivo de ser um transporte adaptado para pessoas com idade, ecológico etc., nada disso é hoje, nem são ecológicos porque são os da Câmara Municipal, e como já não são novos até gastam muito e produzem muito fumo. Segundo, não estão adaptados às pessoas que transportam porque não têm nenhuma condição de mobilidade, e, portanto, aqui está, é melhorar o transporte solidário, seja através do Flexibus, seja através do Bus Saúde, que também existe já, e portanto, não estou a ver de onde é que nascem tantos fantasmas, quando estas coisas efetivamente já existem. Apenas uma coisa que me esqueci de referir relativamente ainda ao nome da Empresa. Não só cortar a imagem com a ECALMA, como transmitir uma ideia de mobilidade. Os Senhores/as podem dizer: “podia ser de outra maneira”, pois podia, mas tivemos que optar por uma e nós propusemos esta, o WEMOB. E, portanto, parece-nos que era esta, poderia ser outra qualquer. Não tem nada a ver com “inglês ver” e outras coisas que aí foram afirmadas. Portanto, acho ficou claro quais são os objetivos do aumento de capital e do objeto social, e que nada de perigos estão aí previstos, porque tudo será discutido e delegado e nada está delegado.”

**6.5.2.6 – O Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Presidente em exercício, uma pergunta muito concreta, que exige uma resposta muito concreta, sim ou não. Com esta alteração fica ou não fica aberta a porta à entrada de empresas de trabalho temporário?”

**6.5.2.7 - A Senhora Presidente da Câmara Municipal substituta, Vereadora Teodolinda Silveira:**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Não. Não fica aberta, nem entrarão.”

**6.5.2.8 – O Senhor Vereador Nuno Matias:**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu percebo o incómodo que a coerência apresenta. E acrescento o incómodo que certamente é multiplicado pela azia crescente que continua a subsistir, sobretudo pelo facto de não haver o poder, e pelo facto de ao fim de quarenta e um anos de mau uso desse poder, verem alguma coisa nascer de diferente e melhor no nosso Concelho. Agora, eu penso que era fundamental, primeiro meter a mão à consciência. O PSD não perdeu nem a identidade, nem aquilo que propôs de forma clara aos almadenses. Aliás, o Senhor Deputado Municipal João Geraldes, que até é testemunha privilegiada de todas reuniões de Câmara, certamente já me ouviu a mim, por mais do que uma vez, convidar todos os Vereadores, a acompanharem a proposta do PSD, de criar uma polícia municipal, e com isso extinguir a Empresa Municipal ECALMA. Portanto, já me ouviu, e por isso, era importante



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

não fazer uso do exercício de hipocrisia e cinismo, como se nós agora defendêssemos aquilo, que claramente dissemos qual seria a nossa solução. Penso que já me ouviu mais do que uma vez. Quer que eu me repita? Aquilo que é verdade, é que ao repto que eu lancei em nome dos Vereadores do PSD, para que houvesse uma maioria de vontade, para que a solução da polícia municipal, fosse implementada em Almada, democraticamente, que é coisa que me parece, que não percebe o conceito, democraticamente, o repto de forma legítima, não foi aceite, portanto, há uma maioria de vontade para que a Empresa continue, mas também há uma maioria de vontade para que a Empresa continuando mude. E parece-nos a nós, que havendo essa disponibilidade, e foi dado aqui o exemplo da forma mais pedagógica como a atual ECALMA e a futura Empresa, quer reagir e quer agir em relação aos munícipes. E, por isso, parece-nos a nós, que é no mínimo hipócrita, dizer que, alguém que foi claro, um partido que foi transparente e que já durante o decurso do mandato, propôs aos demais Vereadores, que acompanhassem a solução, ou seja, nós não ficamos quietos pelo facto de haver um acordo de governabilidade no Executivo, que nos tivéssemos anulado do ponto de vista da nossa identidade e daquilo que propusemos. Nós fomos claros, não mudamos um milímetro. Agora, democraticamente, porque é assim que funciona o sistema político, aquilo que foi claro, foi: se não há maioria de vontade, então vamos contribuir para uma solução. Mas também houve aqui má memória, se o Senhor Deputado Municipal João Galdes, quiser ir ver o histórico das decisões em Sessão de Câmara Municipal, e até em Assembleia Municipal, irá ver que o PSD chegou a viabilizar no passado decisões sobre a ECALMA. Relatórios de Conta, Orçamentos, sem com isso também, nesse momento, pôr em causa a sua posição. E, portanto, mandaria o bom senso, a boa memória, a honestidade intelectual, a coerência, menos azia já agora, que pudessem reconhecer, que é legítima a vossa posição, da mesma forma que é a nossa. Agora, a nossa está consubstanciada na coerência do nosso argumento, na coerência e na estrutura que constou da nossa proposta. Mas foi validado nos termos democráticos que foi validado, e nós estamos a executar fruto disso, um caminho diferente para garantir que sendo esta a opção maioritária, ao menos que transformemos a Empresa em algo que vá de encontro aos melhores interesses da população. Algo que manifestamente, e a avaliar por aquilo que aqui é transmitido pela CDU, manifestamente, não tem o vosso acordo, mas eu acho que é mais por indisposição do que por vontade de ajudar.”

### **6.5.2.9 – O Senhor Deputado Municipal João Galdes (CDU):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas para registar muito brevemente, que o conceito de honestidade intelectual e de democracia democraticidade do Senhor Vereador Nuno Matias, que aqui falou em nome do PSD, e não enquanto Vereador da maioria, se resume a “Velhinha de Argila” popular, “Se não os podes vencer junta-te a eles”. Registamos.”

**6.5.3 –** Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum, passou-se à votação, tendo a proposta sido aprovada por maioria com 20 votos a favor, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o



integram, 5 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 1 do eleito do PAN e 1 do eleito do CDS-PP; e 18 votos contra, sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE e 1 do Senhor Deputado Municipal Independente, através da seguinte:

### DELIBERAÇÃO

*Tendo presente a proposta nº 61/XII-2º de iniciativa da Câmara Municipal aprovada em Reunião Camarária de 06/02/2019, Assembleia Municipal de Almada, ao abrigo do artigo 22º-A da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto que aprova o Regime Jurídico a Atividade Empresarial Local e das Participações Locais, e da alínea n) do nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, delibera, relativamente à ECALMA - Empresa Municipal de Estacionamento e Circulação de Almada, EM, SA, o seguinte:*

1. *Aprovar a nova denominação social WEMOB – EM, S.A.;*
2. *Aprovar a alteração dos estatutos;*
- 3- *Aprovar o aumento do capital social da empresa, no montante de 900.000,00 euros (novecentos mil euros), a realizar no prazo de um ano, de modo a perfazer um valor total de 1.150.000,00 euros (um milhão cento e cinquenta mil euros).*

**6.6** – Entrou-se no ponto 3.6 da agenda, relativo a Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Protocolo para instalação dos serviços dos Juízos de Execução Local Cível e de Trabalho de Almada”;

**6.6.1** – Usou da palavra a Senhora Vereadora Teodolinda Silveira em substituição da Senhora Presidente da Câmara para apresentação da proposta;

Têm em vossa posse a proposta aprovada em reunião de Câmara Municipal e que na sua parte deliberativa, manda submeter à autorização da Assembleia Municipal, nos termos do disposto no artigo 25º, nº 1, alínea i), da Lei 75/2013, de 12 de setembro, a cedência do imóvel descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial de Almada, sob o nº 341/19851119 da Freguesia da Cova da Piedade, e inscrito na matriz predial urbana da União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, sob os artigos 3530 e 5187, ao Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P. para instalação dos Juízos de Execução, de Trabalho, e local Cível de Almada, nos termos da Minuta de Protocolo que também têm aqui para aprovação.”

**6.6.2** – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais João Geraldês (CDU), Carlos Guedes (Ind), Fátima Marras (BE) e Margarida Lourenço (PS).

**6.6.2.1** – O Senhor Deputado Municipal João Geraldês (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Relativamente a esta proposta, a CDU sublinha duas questões que não permitem que acompanhem favoravelmente a deliberação sobre ela. O conteúdo do Protocolo a celebrar entre a Câmara Municipal e o Instituto de Gestão dos Equipamentos Sociais, prevê um calendário excessivamente longo, para a concretização de um investimento considerado. A definição de um prazo de quarenta e oito meses, quatro anos, se necessário prorrogáveis indefinidamente no tempo, para o início da intervenção num edifício cujas condições de estabilidade não são como é sabido as melhores, não é aceitável. Ao mesmo tempo, a proposta de Protocolo que nos é presente, é totalmente omissa, relativamente a um compromisso assumido pelo Município, quando adquiriu aquele edifício, traduzido na garantia de salvaguarda do património histórico da Cooperativa Piedense, designadamente o seu arquivo documental e da sua biblioteca. Essa é uma questão que assume uma importância central e decisiva, porquanto a Cooperativa Piedense, possui um riquíssimo património histórico imprescindível à preservação da memória sobre o seu papel na resistência e luta antifascista, um papel que a transformou em determinado momento histórico, na maior cooperativa operária da Península Ibérica. Por estas questões vamos votar contra esta proposta.”

### **6.6.2.2 – O Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes (Ind):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A intervenção do Senhor Deputado Municipal João Gerales facilitou-me a minha intervenção, porque disse praticamente o que eu queria dizer, e eu vou apenas acrescentar. Não há nada, nenhum motivo contra a cedência ao Tribunal, não há nada objetivamente. Agora, é preciso termos memória, é preciso lembrarmo-nos o que votamos aqui no mandato anterior, quando decidimos a aquisição daquele edifício. Aquele edifício, é de facto, um edifício com uma relevância histórica, muito importante. Teve um papel preponderante principalmente a partir dos anos cinquenta, na resistência e na oposição ao antigo regime do ditador Salazar. Ali funcionaram um posto médico, um supermercado, uma pastelaria, uma padaria, uma biblioteca, e o compromisso que nós, pelo menos eu enquanto Deputado Municipal, quando votei a favor da aquisição deste edifício, não o fiz certamente, com o intuito de o ver cedido a um Tribunal por trinta anos, mais dez renovados automaticamente. Os Senhores têm nas Opções do Plano, a opção da Casa do Associativismo. Esta Assembleia Municipal, precisa, merece, e os almadenses e os munícipes, também merecem instalações condignas. Criem uma Casa do Associativismo ali, deem uma utilidade aquele edifício que tenha a ver com a história, ou então façam uma coisa que é muito mais simples, porque a população de Almada e da Cova da Piedade que ajudou a construir aquela Cooperativa também o merecem, façam uma consulta pública e ouçam se as pessoas querem ali o Tribunal.”

### **6.6.2.3 – A Senhora Deputada Municipal Fátima Marras (BE):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



A minha intervenção vai ser curta e vem no sentido das duas últimas intervenções dos Senhores Deputados Municipais. Claro que ficamos contentes e queremos saudar a abertura de mais um serviço público no Concelho de Almada. Achamos que realmente o edifício tem que ser utilizado, não nos parece mal que seja utilizado para o Tribunal, até porque isso irá dar uma nova vida tanto ao edifício como à Cova da Piedade, aumentando a sua centralidade e dinamismo. Porém, como todos sabemos a Cooperativa Piedense foi fundada em 1893, com uma história sem fim, por um grupo de homens que lutaram. A sua existência foi marcante na vida da população da Cova da Piedade, e dos almadenses, e seria muito importante salvaguardar a memória histórica, a memória desta instituição. A nossa preocupação vai nesse sentido. Entendemos e apelamos a que seja estudada a melhor forma de o fazer e garantir, sugerindo, como aqui já foi sugerido, que se reserve um espaço para guardar a biblioteca e o arquivo histórico.”

**6.6.2.4 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Lourenço (PS):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

É com muito agrado que o Partido Socialista vê aqui nesta Assembleia Municipal a apresentação e a colocação à votação deste Protocolo. Entendemos que a Cova da Piedade e toda aquela zona do Concelho, necessita de um serviço âncora, que ajude a dinamizar aquela área do Concelho que está efetivamente sem grande dinamismo, é notório para toda a gente, e entendemos que efetivamente um serviço central desta dimensão com o Tribunal do Trabalho, um Tribunal Cível e Tribunal de Execução, poderá ser uma chave crucial, para a dinamização juntamente com outras medidas que a Câmara Municipal também já está a fazer na zona da Cova da Piedade, poderá ser essencial para o dinamismo daquela área que tão importante é. Percebo as questões que aqui são colocadas por alguns Deputados Municipais, ainda que algumas delas estão de alguma forma salvaguardadas e outras advêm um pouco daquilo que são as exigências e os ciclos eleitorais e aquilo que poderá ser a morosidade, para o bem e para o mal, daquilo que é um procedimento de contratação pública de lançamento de concurso e tudo isso, e daí a preocupação da CDU, dos quarenta e oito meses, é um prazo máximo, é um prazo que a área governativa da justiça está a utilizar para todos os protocolos que está a fazer com os Municípios, que utilizou em Sintra, que utilizou em Vila Franca de Xira, que utilizou em Gondomar, que utilizou em muitos sítios, compreendemos a preocupação, mas o que é efetivamente importante, é que aquele edifício possa ser reabilitado. Reabilitado e que tenha uma utilidade própria. E esta reabilitação, ao contrário do que aqui foi dito, ao contrário do que aqui foi dito, o edifício está efetivamente em más condições, mas quando o Partido Socialista chegou à Câmara Municipal, nada estava previsto para melhorar as condições daquele edifício. Não havia nada. Foi comprado, e mais nada foi feito. Foi comprado e nada estava previsto para lá. Porque um conjunto de intenções não é suficiente para dar uma finalidade aquele edifício. Relativamente à questão histórica à simbologia daquela Cooperativa. Também eu vivi até aos meus onze anos na Cova da Piedade sei bem daquilo que falam. Mas está efetivamente numa das cláusulas deste Protocolo na alínea b) do ponto 1,



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

da cláusula 4ª, e isto não está nos protocolos tipos que Instituto de Gestão Financeira Equipamentos da Justiça faz, mas foi uma salvaguarda que mesmo depois de ouvindo munícipes, eleitos, a Câmara Municipal fez questão de deixar no Protocolo e que diz exatamente, em que o IGFEJ – Instituto de Gestão Financeira Equipamentos da Justiça, tem de garantir nomeadamente os elementos simbólicos do edifício. E relembro mais uma coisa, e mais uma vez, como aqui foi dito, como aqui foi dito, aquele edifício está em condições muito debilitadas, e toda aquela memória que ali está, se nada for feito, e por muito que nos custe, nem a simbologia, nem o arquivo da biblioteca, nem absolutamente nada. Portanto, se aquilo está em tão más condições e ninguém nada fez para garantir a reabilitação ou dar uma finalidade aquele edifício, pois bem, o Partido Socialista faz, o Partido Socialista está a fazê-lo e a trazer um serviço fundamental e que irá dinamizar toda aquela área da Cova da Piedade.”

### **6.6.2.4 – O Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes (Ind):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu escutei com muita atenção o que a Senhora Deputada Municipal Margarida Lourenço e o Partido Socialista faz, faz, faz..., já sabemos que com o PS ninguém se mete, apetece-me perguntar qual é a pressa. Qual é a pressa e porque é que não podemos ouvir a população? Porque eu digo-lhe uma coisa, eu vejo por aí tanta indignação com o que se passa com o Ponto de Encontro, tanta mentira, tanta coisa que não tem apego nenhum com a realidade, quando o que pretendem fazer à Cooperativa Piedense não se faz. Porque não foi com esse sentido que nós votamos a aquisição daquele edifício. E quem aqui estava nesta Assembleia Municipal e deu o seu aval, comprometeu o seu voto com aquela decisão, não pode aceitar e eu garanto-vos uma coisa, se não há movimento contra o que está a acontecer com o Ponto de Encontro, haverá contra o que vai acontecer na Cooperativa Piedense.”

### **6.6.2.5 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Lourenço (PS):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Muito rapidamente, só para dar resposta aquilo que o Senhor deputado Municipal Carlos Guedes acabou de dizer, eu compreendo aquilo que ele diz, e da forma com que interpretou aquilo que votou aqui na Assembleia Municipal, mas o que é facto, é que acredito que pudessem haver muitos considerandos, mas aquilo que esta Assembleia Municipal votou, foi exclusivamente a compra de um imóvel e autorizar a Câmara Municipal a comprar um imóvel, e nada dizia qual era o fim que ia ser dado e a Câmara Municipal não está obrigada efetivamente a nada. Compreendo a frustração, mas foi uma má interpretação sua, peço desculpa, ou então tentaram levá-lo a essa interpretação, porque de facto, não há nada que diga que a Câmara Municipal não pode ceder aquilo para um Tribunal, nem diz qual é que tem que ser aquela finalidade, muito menos e confesso é a



primeira vez que eu estou a ouvir falar de uma casa do associativismo, para aquele local. Nunca tinha ouvido falar, confesso.”

**6.6.3** – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum, a proposta foi submetida a votação, tendo sido aprovada por maioria com 23 votos a favor, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram, 5 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 do eleito do PAN, e 1 do eleito do CDS-PP, e 15 votos contra, sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, e 1 do Senhor Deputado Municipal Independente, através da seguinte:

#### DELIBERAÇÃO

*Tendo presente a proposta n.º 62/XII-2.º de iniciativa da Câmara Municipal aprovada em Reunião Camarária de 06/02/2019, a Assembleia Municipal de Almada, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 1, al. i) do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera:*

- 1- Aprovar a cedência do imóvel descrito na 2.ª Conservatória do Registo Predial de Almada sob o n.º 341/19851119 da freguesia da Cova da Piedade, e inscrito na matriz predial urbana da União das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas sob os artigos 3530 e 5187, ao Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P. (IGFEJ), para instalação dos Juízos de Execução, de Trabalho e Local Cível de Almada;*
- 2- Aprovar a minuta de protocolo a celebrar entre o Município de Almada e o Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P. (IGFEJ), Pessoa Coletiva de Direito Público n.º 510361242, tendo por objeto a cedência, pelo Município de Almada, do imóvel identificado no ponto anterior.*

**6.7** – Por proposta do Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi aceite uma alteração à ordem dos pontos da agenda, tendo-se entrado, de seguida, no ponto 3.10 da agenda, relativo a Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Designação dos Júris para Procedimentos Concurrais tendentes ao recrutamento de 68 Cargos de Direção (Superior e Intermédia)”

**6.7.1** – Usou da palavra a Senhora Vereadora Teodolinda Silveira em substituição da Senhora Presidente da Câmara para apresentação da proposta.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal substituta, Vereadora Teodolinda Silveira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

A proposta que têm na vossa posse, é para designação do Júri que surge para o Departamento da Administração Financeira, que surge na sequência de uma sentença e que, portanto, temos que fazer e têm nas vossas mãos a proposta dos nomes para integrarem o Júri.”

**6.7.2** – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum, passou-se à votação, tendo a proposta sido aprovada por maioria, em votação por voto secreto, com 38 votantes, sendo 23 a favor e 15 votos brancos, através da seguinte:

### **DELIBERAÇÃO**

*Ao abrigo do artigo 13º, nº 1 da Lei nº 49/2012, a Assembleia Municipal de Almada aprova a Proposta da Câmara Municipal nº 66/XII-2º, designando o seguinte júri de recrutamento para a ocupação do cargo de Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, cargo de direção intermédia de 1º grau, com a seguinte composição:*

*Presidente: Hugo Moreiras Marques Lourenço, Secretário Geral;*

*1º Vogal: Bruno Fernando Martins Mota Martinho, Diretor Municipal de Economia, Inovação e Comunicação;*

*2.º Vogal: Hernâni Silvino Vilela Boaventura, Diretor Municipal de Gestão e Administração Geral da Câmara Municipal de Odivelas.*

**6.8** – Entrou-se no ponto 3.7 da agenda, relativo a Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Minuta de Acordo de Mutação Dominial entre a Câmara e as Infraestruturas de Portugal”

**6.8.1** – Usou da palavra Senhora Vereadora Teodolinda Silveira em substituição da Senhora Presidente da Câmara para apresentação da proposta;

A Senhora Presidente da Câmara Municipal substituta, Vereadora Teodolinda Silveira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Esta proposta manda remeter à Assembleia Municipal para aprovação a presente Minuta do Protocolo, que precede à entrega por parte do IP – Infraestruturas de Portugal, à Câmara Municipal de Almada, do troço do IC20, entre o término da Subconcessão do Baixo Tejo e o cruzamento com a Avenida 1º de Maio, que integra a rede viária municipal e que solução essa que irá permitir uma redefinição de todas as condições de circulação, quer no sentido de Santo António e São João, quer no sentido das praias para Sul, e que por outro lado ainda vem resolver em definitivo, a travessia pedonal na secção onde se localiza atualmente a Polícia de Segurança Pública.”

**6.8.2** – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais João Geraldes (CDU) e José Ricardo Martins (PS).



**6.8.2.1 – O Senhor Deputado Municipal João Geraldes (CDU):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente a esta proposta, a CDU concorda obviamente com a necessidade de concretizar uma intervenção que permita a requalificação da entrada da Cidade da Costa da Caparica através do IC20. No entanto, os termos em que o Protocolo propôs está celebrado, suscita-nos sérias dúvidas sobre o princípio da equidade entre as partes contratantes. Isto é, entre a Câmara Municipal de Almada e as Infraestruturas de Portugal, dúvidas que não nos permitem acompanhar favoravelmente a proposta, pelo que iremos abstermo-nos.”

**6.8.2.2 – O Senhor Deputado Municipal José Ricardo Martins (PS):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

É sem dúvida uma obra capital, e de capital de grande importância para a Costa da Caparica, todos nós o sabemos. Não sei qual é o espanto que esta obra no final do IC20, mais propriamente da curva do cemitério até à entrada do IC20, que tantos problemas tem dado na requalificação do piso, ultimamente na passagem pedonal, que esteve em mau estado e que esteve muito tempo para ser recuperada. O anunciado ao longo dos anos, do nó da rua do Juncal e a ligação a Sul, retirando o trânsito do Centro da Costa da Caparica, não percebo Senhor Deputado Municipal João Geraldes e bancada da CDU. Percebo que possa haver algumas confusões entre aquilo que é a passagem do IC20 para a Câmara Municipal a nível protocolar, agora que é uma obra de capital importância, todos nós o sabemos, e enquanto Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, venho aqui reiterar isso. E dizer também, que realmente no estado em que se encontra o final do IC20, e que há longos anos se vem arrastando, é principalmente na altura do verão, de lamentar a que as pessoas que têm acesso à Costa da Caparica, e são largos milhares para não dizer milhões, e que irão ficar obviamente, segundo o projeto que me foi apresentado, que irão ficar com outras condições de acessibilidade e com menos tempo de espera para entrar na Costa da Caparica. Portanto, do nosso ponto de vista, e do ponto de vista enquanto Presidente de Junta e Deputado Municipal, morador na Costa da Caparica, já ontem era tarde esta obra ter sido efetuada.”

**6.8.2.3 – O Senhor Deputado Municipal João Geraldes (CDU):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu pedi a palavra porque estou a ficar preocupado, com alguma recorrência relativamente à incapacidade de ouvir aquilo que nós dizemos. Porque eu tive o cuidado, de começar a minha intervenção, dizendo que a CDU, é naturalmente favorável a uma intervenção que permita melhorar as condições na entrada da Cidade da Costa da Caparica, foi rigorosamente o que eu disse. Portanto, nem eu pessoalmente, nem a bancada da CDU, tem rigorosamente nada contra esta proposta, pelo contrário, somos a favor de uma intervenção que requalifique a entrada da Cidade da Costa da Caparica através do IC20, foi exatamente isto que eu disse na minha intervenção.



Agora, temos dúvidas e sérias dúvidas, relativamente à equidade de tratamento entre as entidades contratantes, nos termos do Protocolo que está proposto a esta Assembleia Municipal. E daí a nossa abstenção, nem sequer vamos votar contra, nós vamos abstermo-nos nesta proposta.”

**6.8.3** – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum, a proposta foi submetida a votação, tendo sido aprovada por maioria com 24 votos a favor, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram, 5 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 do eleito do PAN, 1 do eleito do CDS-PP e 1 do Senhor Deputado Municipal Independente, e 14 abstenções, dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, através da seguinte:

#### **DELIBERAÇÃO**

*A Assembleia Municipal de Almada ao abrigo do artigo 40º, nº 2 da Lei 34/2015 de 27 abril e do artigo 25º, nº 1, al. i) do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, delibera Aprovar a Minuta de Acordo de Mutação Dominial entre a Câmara Municipal e as Infraestruturas de Portugal, nos precisos termos da proposta nº 63/XII-2º de iniciativa da Câmara Municipal aprovada em Reunião Camarária de 06/02/2019.*

**6.9** – Entrou-se nos pontos 3.8 e 3.9 da agenda, relativo a apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Alteração por adaptação e de correção material do Plano de Pormenor do Novo Centro Terciário da Charneca de Caparica” e Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Alteração por adaptação e correção material do Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana e Funcional de Cacilhas”.

**6.9.1** – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu o plenário que os documentos em questão foram submetidos pela Câmara Municipal para tomada de conhecimento dos mesmos por parte da Assembleia Municipal e não para aprovação, nos termos das normas legais referenciadas em cada um deles, sugerindo que fossem apresentados em conjunto, o que foi aceite pela Assembleia;

**6.9.2** – Usou da palavra a Senhora Vereadora Francisca Parreira para fazer a apresentação e explicação dos documentos.

A Senhora Vereadora Francisca Parreira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu aproveito porque é a segunda vez que tomo a palavra, ontem não tive espaço, nem oportunidade, Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, se me permitir, em trinta segundos que me foram dados, saudar a Centenária Sociedade Recreativa Musical Trafariense, na pessoa do Senhor Presidente da Direção, Helder



Lopes, e daqui enviar também uma saudação fraterna e muito especial aos trafarianos e aos trafarienses. Dizer ainda assim, antes de passar à proposta que é o que me traz também ao vosso contacto, que poderiam os Senhores/as Deputados/as Municipais hoje, e porque se encontram na Vila da Trafaria, ter apelado no âmbito daquele que é o Relatório Municipal, da Atividade Municipal, ao lançamento de empreitada de reabilitação do edifício número três do Presídio da Trafaria, e ter falado também sobre a recente empreitada de execução do espaço comunitário do Bairro Madame Faber. E após isto, Senhor Presidente da Mesa, passarei à apresentação da Proposta. A realidade é mutável e a realidade sobre a qual incidem os instrumentos de regulação do território, tem que naturalmente sujeitar-se a essa mudança e a essa transformação. Designadamente os Planos Municipais de Ordenamento do Território, bem como os interesses públicos que com eles se pretende servir, devem os mesmos ser sujeitos a um esforço de continua adaptação ou ajustamento de modo a fornecerem uma adequada resposta às exigências de ordenamento territorial evitando naturalmente a sua desatualização. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, já esclareceu, que é nossa obrigação após a aprovação em reunião de Câmara, ambos os documentos foram votados e aprovados por unanimidade na Câmara Municipal, trazer ao conhecimento da Assembleia Municipal estes mesmos documentos. Eles podiam ter sido trazidos ao conhecimento através de informação mera à Assembleia Municipal, que depois daria essa mesma informação aos Senhores/as Deputados/as Municipais, mas entendemos que este era o momento e era o ato, para partilhar convosco também estes documentos. O desencadeamento dos procedimentos de alteração por adaptação e correção material do Plano de Pormenor do novo Centro Terciário da Charneca de Caparica, e o de Reabilitação Urbana e Funcional de Cacilhas, bebem naturalmente a necessidade de adequar todos estes planos àquilo que é o regime jurídico de instrumentos de gestão do território. O que está em causa e que vem a vosso conhecimento, devidamente esclarecido nos documentos que estão detalhados e que têm naturalmente, toda a documentação anexa, têm a ver com elementos que são necessários para corrigir aquilo que são os usos e os planos de uso do solo, e nomeadamente também para introduzir alterações que resultam deste regime nos próprios Planos de Pormenor. Aproveitou-se também o momento, dado que teríamos que adaptar e corrigir, fruto deste novo regime, estes dois planos, aproveitou-se o momento também para incluir ou alterar, alguns erros e omissões, que constavam também destes planos. É isto que trazemos ao vosso conhecimento, sendo certo que os documentos presentes e dado o adiantado da hora, têm vertidas todas as considerações que eu me eximo apresentar neste momento.”

**6.9.3** – Não havendo pedidos de palavra, deu-se por efetuada a tomada de conhecimento pela Assembleia Municipal dos documentos apresentados.

**7** – A terminar os trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal expressou um agradecimento à Sociedade Recreativa e Musical Trafariense pelo acolhimento e cedência da sala onde se realizou esta sessão.



**MUNICÍPIO DE ALMADA**  
**Assembleia Municipal**

**8** – Sendo próximo das 01 horas e 10 minutos, deu-se por concluída a 2ª reunião da sessão ordinária, tendo-se concluído a agenda.

**9** – Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião da Senhora Vereadora Teodolinda Silveira em substituição da Senhora Presidente da Câmara Municipal, e dos/as Vereadores/as Senhores/as Francisca Parreira, Filipe Pacheco, Rui Carvalheira, Nuno Matias, Miguel Salvado, Joaquim Judas, José Gonçalves, António Matos, Rui Jorge Martins, e Luís Filipe Pereira.

**10** - Foi verificada a presença na reunião dos dirigentes da Câmara Municipal Senhor Miguel Ribeiro e Senhora Sandra Guerreiro do Boletim Municipal, dos operadores de câmara da TV Almada e de cerca de 35 Senhores Múncipes.

**11** - Por ser verdade se elaborou a presente Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE \_\_\_\_\_

O 1º SECRETÁRIO \_\_\_\_\_

A 2ª SECRETÁRIA \_\_\_\_\_